



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E PESQUISA
MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

ROSEANE FIGUEIREDO LINHARES MELQUIADES

**Participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à
luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa
Violência Sexual Não!**

**BELO HORIZONTE
2016**

ROSEANE FIGUEIREDO LINHARES MELQUIADES

Participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não!

Dissertação de mestrado apresentada à Banca de Exame de Defesa, constituída pelo Colegiado do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, com requisito à obtenção do título de mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Inovações sociais e desenvolvimento local

Linha de Pesquisa: Gestão Social e desenvolvimento local

Professora Orientadora: Profa. Dr^a. Maria Lúcia Miranda Afonso

Belo horizonte, fevereiro de 2016

M528p Melquiades, Roseane Figueiredo Linhares

Participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não! / Roseane Figueiredo Linhares Melquiades. –2016.

107f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Miranda Afonso.

Dissertação (Mestrado) – CentroUniversitário UNA, 2016. Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

Inclui bibliografia.

1. Adolescentes.2. Vítimas de abuso sexual.3. Política pública. 4.Desenvolvimento social. I.Afonso,Maria Lúcia Miranda. II. CentroUniversitário UNA. III. Título.

CDU: 658.114.8

ROSEANE FIGUEIREDO LINHARES MELQUIADES

Participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não!

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre do curso de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, área de concentração Inovações sociais e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA.

Orientadora:

Doutora Maria Lúcia Miranda Afonso
Centro Universitário UNA

Membro da Banca Examinadora

Doutora Wânia Maria de Araújo
Centro Universitário UNA

Membro da Banca Examinadora

Doutora Márcia Stengel
PUC Minas

Belo Horizonte, fevereiro de 2016

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Dra. Maria Lúcia Miranda Afonso, que com sua calma, serenidade e inteligência, me ensinou e me fez acreditar ser possível a escrita desta dissertação.

Aos amigos da Oficina de Imagens, que me acolheram profissionalmente e depois abriram as portas para a pesquisa, em especial os queridos Jozeli e Rodrigo, que me deram todo o suporte necessário para realização desse estudo.

A minha família, em especial meus pais e meus cunhados Mônica e Vander, pelo apoio e entendimento de algumas necessárias ausências.

Ao meu esposo Max, que além de suportar minhas ausências e cansaços, por vezes segurou sozinho as tarefas domésticas e ainda me ajudou na construção e na revisão deste trabalho.

Aos amigos da Obra Social Itaka Escolápios, que me acolheram e apoiaram na construção final dessa pesquisa.

Aos jovens, educadores e técnicos do Programa Violência Sexual Não!, que se disponibilizaram a participar deste trabalho, contribuindo com o seu saber e permitindo verdadeiras trocas de conhecimento.

Enfim a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção, fica o meu muito obrigado!

Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade. Não existe nenhum reservatório de conhecimento transcendente, e o saber não é nada além do que o que as pessoas sabem [...] Se você cometer a fraqueza de pensar que alguém é ignorante, procure em que contexto o que essa pessoa sabe é ouro.

Pierre Lévy

(LÉVY, Pierre. A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1999, p. 29.)

RESUMO

A participação social de adolescente e jovens encontra, na legislação vigente desde a Constituição Federal de 1988 (CF88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto da Juventude (EJ), respaldo legal. Mas para que essa atuação protagônica aconteça é necessária uma abertura das políticas públicas e formação para esse público com foco na educação para a cidadania, visando assegurar a efetivação de uma participação política, cidadã. Os programas de prevenção à violência sexual, grave violência que atinge ainda um número expressivo de crianças e adolescentes no Brasil, baseado no Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual, tem compreendido que uma das formas de prevenir tal violência é apostando na formação sobre os direitos humanos, especialmente os sexuais, com adolescentes e jovens e convidando-os a se somar a essa rede de enfrentamento de maneira a garantir o protagonismo juvenil, porém esse processo ainda não é tão simples para o Sistema de Garantia de Direitos nos municípios. Diante disso esta dissertação se propôs a analisar a participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual, utilizando um estudo de caso sobre o programa *Violência Sexual Não!*, desenvolvido pela organização não-governamental *Oficina de Imagens*, em vinte e três municípios mineiros. Foi desenvolvido um estudo de caso sobre as contribuições do programa para a política de prevenção à violência sexual nas comunidades atendidas com foco na participação juvenil. Foram pesquisados os adolescentes, jovens (público direto do programa), técnicos envolvidos, e operadores do Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes de três municípios nos quais o programa atua. O estudo foi realizado por meio de pesquisa empírica, utilizando-se os instrumentos *entrevistas* e *observação*, além de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa se fez importante no atual contexto de combate à violência sexual e promoção da participação juvenil, sendo que a ONG estudada é referência nacional nessa área. A contribuição técnica foi a construção de Rodas de Conversa, uma metodologia participativa, que poderá ser usada com profissionais que trabalham diretamente com adolescentes e jovens e operadores do Sistema de Garantia de Direitos. As rodas de conversas trazem reflexões acerca da promoção da participação juvenil, da discussão sobre sexualidade e a garantia dos direitos sexuais, temas ainda “tabus” nos programas que atuam com adolescentes.

Palavras Chave: Gestão Social. Desenvolvimento Local. Políticas de prevenção à Violência Sexual. Participação Juvenil.

ABSTRACT

The social participation of adolescents and young people encounter legal support in the current legislation since the 1988 Federal Constitution (CF88), the Statute of Children and Adolescents (ECA) and the Statute of Youth (EJ). But for that to happen an opening of public policies is necessary and training for this audience focused on education for citizenship must ensure the effectiveness of political participation, for every citizen. Programs of prevention of sexual violence, serious violence that still affects a significant number of children and adolescents in Brazil, based on the National Plan to Combat Sexual Violence, has understood that one way to prevent such violence is investing in the training on the human rights (especially sexual) with young people and inviting them to be added to this coping network in order to ensure youth participation, but this process is not so simple for the municipal systems. Therefore, this dissertation aimed to analyze youth participation in social programs for the prevention of sexual violence, using a case study on called "Violência sexual Não!", developed by non-governmental organization through Workshop in twenty-three municipalities of Minas Gerais. This study was developed on the contributions of the program to the policy of prevention of sexual violence in focus with the communities involved in youth participation. Teens were surveyed, young people (direct public program), technicians involved, and operators of the System of Rights of children and adolescents from three municipalities in which the program operates. The study was carried out by empirical research, using the interviews and observation tools, and bibliographic and documentary research. The survey was important to the current context of combating sexual violence and the promotion of youth participation, and the NGO studied is a national reference in this area. The technical contribution was the construction of Dialogue groups, a participatory methodology that can be used by professionals who work directly with young people and operators of the Rights System. The dialogue groups bring reflections on the promotion of youth participation, discussion about sexuality and the guarantee of sexual rights issues still "taboo" in programs that work with adolescents.

Keywords: Social Management, Local Development, Policies to Prevent Sexual Violence, Youth Participation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes
CF 88	Constituição Federal de 1988
CM	Couto Magalhães
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes
CNEVSCA	Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescentes
EJ	Estatuto da Juventude
FS	Felício dos Santos
ICA	Instituto da Criança e do Adolescente
ONG	Organização Não Governamental
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEVSCA	Programa Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
PPG GSEDL	Programa de Pós-Graduação em Gestão Social Educação e Desenvolvimento Local
RC	Rodas de Conversa
SEDESE	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Ficha técnica para a roda de conversa Ser Adolescente.....	80
QUADRO 02 – Roda de Conversa Ser Adolescente.....	81
QUADRO 03 – Ficha técnica para a roda de conversa Sexualidade	82
QUADRO 04 – Roda de Conversa Sexualidade	83
QUADRO 05 – Ficha técnica para a roda Direitos sexuais	84
QUADRO 06 – Roda de Conversa Sexualidade e Direitos Sexuais	85
QUADRO 07 – Ficha técnica para a roda de conversa Participação Juvenil.....	86
QUADRO 08 – Roda de Conversa Participação Juvenil	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA QUESTÃO DE LEGITIMIDADE?	16
2.1 Introdução	16
2.2 O enfrentamento da violência sexual contra a juventude.....	16
2.3 Políticas Públicas de Prevenção à Violência Sexual	18
2.4 Adolescentes e jovens e a participação juvenil.....	23
2.5 Participação juvenil nas políticas públicas para a juventude: pressuposto de cidadania na sociedade democrática.....	26
2.6 Participação Cidadã: um conceito a ser estudado	29
2.7 Participação como elemento fundamental da cidadania para os jovens	33
2.8 Participação e Avaliação da Política Pública	37
2.9 Considerações finais	39
Referências	41
3 A PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM PROGRAMAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA VIOLÊNCIA SEXUAL NÃO!.....	46
3.1 Introdução	46
3.2 Discussão teórica.....	48
3.2.1 Participação Social de Jovens.....	48
3.2.2 A participação política dos jovens no Brasil	49
3.2.3 Prevenção à Violência Sexual e Participação Juvenil	51
3.3 Metodologia.....	52
3.4 Procedimentos de pesquisa	53
3.4.1 Pesquisa documental.....	53
3.4.2 Entrevistas semi-estruturadas	53
3.4.3 Observação	55
3.5 Análise dos dados.....	55
3.5.1 Programa Violência Sexual Não!	55
3.5.2 Participação dos adolescentes e jovens no Programa.....	57
3.6 Considerações Finais	71
Referências	74

4 RODAS DE CONVERSA: ADOLESCÊNCIA, SEXUALIDADE E DIREITOS SEXUAIS	76
4.1 Introdução	76
4.2 O que são Rodas de Conversa	77
4.3 Propostas de Rodas de Conversa	79
4.3.1 Roda de Conversa: Ser Adolescente.....	80
4.3.2 Roda de Conversa: Sexualidade	82
4.3.3 Roda de Conversa: Sexualidade e Direitos Sexuais	84
4.3.4 Roda de Conversa: Participação Juvenil	86
4.4 Considerações finais	89
Referências	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com adolescentes	98
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com educadores dos municípios	99
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com profissionais do programa	100
ANEXO A – Termo de consentimento para os adolescentes	101
ANEXO B – Termo de consentimento para os pais	103
ANEXO C – Termo de consentimento para os educadores e técnicos	105
ANEXO D – Autorização para coleta de dados	107
ANEXO E – Termo de compromisso – Resolução 466/2012	108

1 INTRODUÇÃO

A temática da participação social e política de adolescentes e jovens, conjuntamente com a discussão sobre prevenção à violência sexual tem se destacado com relevância na área social. Apesar de ganhar força nas pesquisas acadêmicas, na prática tem se visto que ainda é de difícil abordagem, principalmente no que se refere ao diálogo com adolescentes – vítimas mais frágeis desse tipo de violência – pelo tabu que a sexualidade ainda constitui no Brasil e a maneira como os adolescentes e jovens comumente são vistos. Falar de prevenção à violência sexual é discutir a sexualidade de forma ampla, é tratar de qualidade de vida, inserindo crianças, adolescentes e jovens nessa discussão.

O Estatuto da Juventude preconiza, entre seus princípios, a “valorização e promoção da participação social e política” (BRASIL, Artigo 2º, Inciso II, 2013). Porém, a participação infanto-juvenil ainda é pouco incentivada na sociedade, sendo uma novidade até mesmo para esse público.

O princípio da participação deve acompanhar a elaboração, a implementação e a avaliação das políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens. Isto nos leva a problematizar a necessidade de criação de metodologias que de fato proporcionem a participação juvenil capaz de interferir na política pública local e nas questões comunitárias.

Essa dissertação buscou discutir os elementos da participação juvenil em programas sociais voltados para a prevenção à violência sexual, identificando aqueles fatores que facilitam ou dificultam esta participação. Nesta perspectiva, o trabalho elegeu, para estudo de caso, um programa desenvolvido pela Oficina de Imagens, organização não-governamental premiada nacionalmente em 2014, pelo trabalho do enfrentamento à violência sexual com incentivo à participação juvenil. Seu programa “Violência Sexual Não!” tem como objetivo formar adolescentes que saibam identificar situações de violência e efetivar denúncias, além de se tornarem mobilizadores na sua comunidade e entre seus pares, das temáticas trabalhadas, passando a ser agentes multiplicadores das estratégias de proteção e defesa de seus direitos.

Objetivou-se com esse trabalho analisar a participação juvenil no programa “Violência Sexual Não!”, desenvolvido pela Oficina de Imagens em municípios mineiros, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais - SEDESE, tendo em vista o

desenvolvimento de intervenção na área de gestão social, com características de inovação social e potencializadora do desenvolvimento local.

Constituem objetivos específicos desta pesquisa:

- 1) Conhecer a proposta do Programa “Violência Sexual Não!”, com ênfase no valor da participação juvenil em suas diretrizes, objetivos e metodologias de ação e de avaliação;
- 2) Sistematizar a avaliação que os atores sociais envolvidos fazem sobre o Programa “Violência Sexual Não!”, especialmente considerando a promoção da participação juvenil;
- 3) Analisar, a partir dos dados sistematizados, o Programa “Violência Sexual Não!”, à luz do paradigma da gestão social, com ênfase na participação e, mais especialmente, na participação juvenil;

A pesquisa ganha relevância social e para Gestão Social e Desenvolvimento Local, considerando que a violência sexual contra crianças e adolescentes, é uma grave violação de direitos humanos. E para enfrentá-la se faz necessário fortalecer as rede de proteção, trabalhar enfaticamente a prevenção, com viés na promoção dos direitos sexuais e na participação social de adolescentes e jovens. Afinal nos processos nos quais os adolescentes são convidados a serem protagonistas, eles emergem como fonte de iniciativa - pois é deles que partem as ações -, sendo suas ações pautadas nas suas decisões e, principalmente, assumindo um compromisso real na luta pela efetivação dos Direitos Humanos. Provocando assim os adolescentes a levarem a informação para sua comunidade, com intuito de diminuir ou evitar que tal violação aconteça, contribuindo de maneira participativa para o desenvolvimento local.

A dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro apresenta um referencial teórico que promove revisão de literatura sobre os temas da participação juvenil, das políticas públicas para a juventude e da prevenção a violência sexual, buscando uma interlocução dessas temáticas com a proposta da gestão social. O segundo capítulo trata da pesquisa de campo, cujos dados foram levantados à partir de um estudo de caso, que se propôs a analisar a participação juvenil no *Violência Sexual Não!*, um programa social de prevenção à violência sexual, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens, em vinte e três municípios mineiros. Foram entrevistados os adolescentes e jovens (público direto do Programa), os técnicos

envolvidos, e os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes de três dos municípios atendidos. No terceiro capítulo, foi desenvolvido um produto técnico fundamentado pedagogicamente no modelo de Rodas de Conversas, que pretende contribuir na formação de profissionais que trabalham diretamente com adolescentes e jovens e/ou operadores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), incentivando uma postura reflexiva, estimulando-os a questionar sobre sua atuação, esse tabu que é a discussão sobre sexualidade e como pensar ações de promoção dos direitos sexuais, com viés na participação juvenil. O trabalho é encerrado em seguida com as considerações finais.

2 A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA QUESTÃO DE LEGITIMIDADE?

Resumo: Propõe-se, neste capítulo, discutir a perspectiva da participação juvenil em programas de prevenção à violência sexual, considerando a juventude como sujeito de direitos, condição reconhecida desde a Constituição Federal de 1988, e, mais recentemente, reafirmada no Estatuto da Juventude, de 2013. Trata-se de uma revisão de literatura sobre os temas da participação juvenil, das políticas públicas para a juventude e da prevenção à violência sexual. Busca-se uma interlocução entre estas temáticas e a proposta da gestão social.

Palavras-Chave: Participação Juvenil, Políticas Públicas, Gestão Social

2.1 Introdução

Sancionado em 2013, o Estatuto da Juventude é um instrumento jurídico que reconhece a juventude como sujeito de direitos, atribuindo importância à sua participação na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas que a ela se destinam. O Estatuto reafirma a importância dos programas voltados para a juventude serem constantemente avaliados, em um processo que possa contribuir para a construção das políticas públicas de forma inovadora. Entretanto, no Brasil, os projetos voltados para a juventude não têm tornado efetiva a sua participação ou a consulta a estes sobre os seus próprios interesses.

Dentro dessa conjuntura, este capítulo tem como objetivo discutir a importância da participação juvenil no contexto das políticas públicas desenvolvidas para a juventude, em especial no que tange à prevenção da violência sexual.

2.2 O enfrentamento da violência sexual contra a juventude

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), existia, no Brasil, em 2010, uma população de 23.853.542 pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos, bem maior em termos absolutos do que a população, na mesma faixa etária, em 2002, que somava 16.141.515 habitantes.

Esse aumento populacional, dentro do contexto social e político, trouxe problemas diversos, tais como um aumento da juventude empobrecida, com relações de trabalho precárias e sem acesso ao sistema de educação (BOGHOSIANE; MINAYO, 2009). Trata-se de uma juventude marcada por desigualdades sociais ligadas à classe, ao gênero, à etnia, às regiões, entre outros tipos de pertencimentos sociais. Não é de se admirar que esta situação instigue a preocupação por parte de organismos multilaterais e do governo, levando à discussão da implementação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária.

Recentemente, o Mapa da Violência (2015) nos provoca a pensar nos riscos sociais a que estão sujeitos um grande número de jovens brasileiros, em especial pobres e negros. No Brasil, tivemos 3.749 jovens (de 16 e 17 anos) vítimas de violência homicida em 2013, e a projeção é que esse número suba para 3.816, em 2015, constatando-se um aumento de 640,9% desde 1980. A taxa de homicídios contra adolescentes negros foi de 66,3 em 100 mil, bem maior do que aquela contra brancos, que alcançou 24,2. Os mais afetados são os jovens negros e baixa escolaridade. A pesquisa ainda comparou os dados brasileiros com outros 89 países, ocupando o Brasil o terceiro lugar em relação à taxa de homicídios de adolescentes de 15 a 19 anos.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), considerando a idade entre 15 e 17 anos, temos 16,7% jovens que não frequentam a escola. Desses, 21,1% são de famílias sem rendimentos ou com renda *per capita* até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 18,7% possuem renda de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, havendo diminuição na porcentagem de acordo com o aumento da renda, chegando a apenas 6,4% os indivíduos com renda *per capita* de mais de 3 salários.

Além disso, o Censo ainda aponta que em torno de 60% dos jovens dessa faixa etária está cursando o ensino médio (escolaridade esperada para a idade). Porém, se considerarmos apenas a população preta (segundo a categoria do IBGE), esse número cai para 50% enquanto que para a população branca sobe para 70%. Ou seja, a escolaridade ainda tem a marca da cor e da classe social.

Os dados nos fornecem a descrição de uma realidade que impacta os estudos sobre a juventude. É necessário ter cautela na análise da condição juvenil atual, considerando sua diversidade e complexidade. Mais ainda, ao se analisar políticas, programas e projetos para jovens, é importante indagar se neles existe participação por parte dos jovens no processo da construção destas políticas, pois “cada vez mais a noção de que a legitimação das políticas e

dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens de diferentes segmentos sociais” (BOGHOSSIANE; MINAYO, 2009, p. 412).

Os dados nos mostram que, no Brasil, a desigualdade e a exclusão social são historicamente presentes, estreitamente correlacionadas à violência, que encontra então solo fecundo, interrompendo muitas vezes o desenvolvimento biopsicossocial dos jovens. Enfatize-se, nesse contexto, a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, grave violação de direitos, cuja superação desafia a sociedade em geral (BALBINOTTI, 2009).

O Disque 100, política pública da alçada da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, responsável por receber denúncias de violação de Direitos Humanos, indica que, no primeiro semestre de 2015, foram registradas 66.518 denúncias, sendo 63,2% relacionadas a violações de direitos humanos de crianças e adolescentes (42.114) e, dentro dessas, 21,90% são de violência sexual. Considerando as vítimas do sexo feminino, o Mapa da Violência de 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015) aponta a violência sexual em terceiro lugar no rol de violências sofridas, com maior incidência entre as crianças até 11 anos de idade (29,0% dos atendimentos) e entre as adolescentes (24,3%).

Diante desses dados, torna-se necessário compreender o desenvolvimento das políticas públicas de prevenção à violência sexual e sua responsabilidade diante desses dados, bem como compreender essa fase denominada como “adolescência” e “juventude” e assim adentrar na discussão da participação juvenil no contexto das políticas públicas para a juventude.

2.3 Políticas Públicas de Prevenção à Violência Sexual

A inclusão da questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na agenda política nacional percorreu uma trajetória que perpassou, entre outras instâncias, instituições e movimento sociais. A partir dos resultados do trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada pelo legislativo no âmbito nacional, diretrizes para as políticas públicas foram construídas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, até que o tema se tornasse uma pauta na agenda pública e, a partir daí, ensejasse a elaboração de uma política pública. Faremos um breve relato dos momentos principais desta história, visando a entender melhor esta elaboração.

No Brasil, segundo Santos (2009), o tema da violência sexual é sugerido desde a elaboração das primeiras legislações voltadas à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, o que começou a ter relevância legislativa com a Assembleia Constituinte de 1988, por meio do Artigo 227 da nova Constituição, com a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1989), da qual o Brasil é signatário, e posteriormente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que abre caminho para uma série de novas articulações e ações para a proteção à infância e o enfrentamento à violência sexual:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, art. 227, 1998).

Vale ressaltar que, no fim da década de 1980, surgem os primeiros registros, de acordo com Santos (2009), de organizações de defesa de direitos e de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência, o que traz visibilidade para esta temática. Além disso, houve pressões vindas da imprensa brasileira que, no início da década de 1990, divulgou o dossiê *Crianças da Amazônia* e o livro *Meninas da noite*, que relatavam a existência de muitas meninas envolvidas na prostituição da região norte do país, pautando uma série de reportagens sobre esse fenômeno na Folha de São Paulo, um dos maiores veículos de comunicação do Brasil, e provocando reações e demandas de diversos setores da sociedade civil.

Em 1993, foi criada, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, dando início a um movimento para a criação de iniciativas similares nos estados e municípios (SANTOS, 2009). Também em 1993 houve a instalação, no Congresso, de uma CPI sobre a prostituição infantil. Ao assumir a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como realidade presente em todo o território nacional, o fenômeno ganhou maior visibilidade e entrou para a agenda pública do Brasil. O fenômeno passa a ter maior expressão política, suscitando crescente mobilização de diversas entidades para a criação de políticas públicas com vistas ao enfrentamento da violência sexual.

Dentro das perspectivas apontadas nacional e internacionalmente em 2000, o CONANDA aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil¹. Tal Plano

¹ A primeira versão do Plano foi apresentada e aprovada no ano 2000. Recentemente, em 2013, foi feita uma revisão e lançada a segunda versão do Plano Nacional.

foi por muito tempo referência para a construção de políticas públicas e um instrumento de acompanhamento destas políticas pela sociedade civil, que poderia monitorá-las através dos seus indicadores (CNEVSCA; CONANDA; PNEVSCA, 2013).

Um pequeno histórico apresentado na introdução do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013) revela que estes movimentos existentes na sociedade brasileira se somam a um apelo internacional por novas diretrizes para o enfrentamento à violência sexual, principalmente a exploração sexual. Um exemplo é a realização do 1º Congresso Mundial Contra Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo (Suécia), em 1996, no qual foi aprovada uma Declaração e Agenda para Ação. Ainda no contexto internacional, no ano 2000, relacionado à responsabilização criminal da exploração sexual de crianças e adolescentes, temos o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil.

Em 2003, acontece um pronunciamento do então presidente Luiz Inácio da Silva, no qual ele assume um compromisso público de “priorizar ações para erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes e de implementar ações articuladas nesse sentido” (DIMENSTEIN, 2004). Neste mesmo ano, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CNEVSCA) inicia um processo de atualização do Plano Nacional, com o intuito de “introduzir indicadores de monitoramento e avaliar seu impacto na formulação de políticas públicas” (CNEVSCA, CONANDA, PNEVSCA, 2013).

Em 2008, o Brasil recebeu o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e, nesse evento, foi levantada a importância de se atualizar o Plano Nacional, para que nele fossem inseridas as chamadas “novas formas de violência sexual”, tais como exploração sexual na internet, exploração sexual para fins comerciais, dentre outras. Nesse documento, foi definida uma agenda de debates para a revisão do Plano Nacional.

Estes debates aconteceram em diferentes espaços políticos, como em encontros e colóquios regionais e nacionais, e durante a revisão foi aberta uma consulta pública através da qual qualquer cidadão poderia opinar sobre a nova versão do Plano. Em maio de 2013 foi lançado o novo Plano, que tem a intenção de ser norteador das políticas públicas e que contou com a participação do CONANDA durante todo o processo, para que tal órgão pudesse reafirmar a importância do trabalho (CNEVSCA, CONANDA, PNEVSCA; 2013).

O Plano Nacional hoje é composto por seis eixos temáticos:

- 1) *eixo prevenção*, que apresenta as diretrizes sobre a importância das campanhas de prevenção advindas de diferentes meios de comunicação e o fortalecimento das famílias e da comunidade, além de apontar as ações de prevenção dentro das instituições escolares;
- 2) o *eixo atenção*, que se refere ao atendimento dos casos de violência sexual pelos diferentes atores da rede de serviços;
- 3) *eixo defesa e responsabilização*, que é voltado principalmente para os atores do sistema de garantia de direitos, responsáveis pela responsabilização dos agressores, chamando a atenção para as diferentes dimensões desse processo;
- 4) o *eixo comunicação e mobilização social*, que aponta a importância da avaliação da mobilização e realização de ações de enfrentamento no País;
- 5) o *eixo estudo e pesquisas*, que diz da efetivação de estudos sobre a situação da violência;
- 6) o *eixo participação e protagonismo*, que se refere à participação de adolescentes e jovens em espaços que promovam e defendam seus direitos, inclusive na formulação dos programas de prevenção e atendimento.

Todos os eixos do Plano Nacional apontam indicadores que serão utilizados para o acompanhamento e avaliação da aplicação do plano, para que de fato o que foi construído coletivamente entre sociedade civil e governo possa se tornar política pública. Alguns dos indicadores, como a qualificação da participação e a qualificação das instituições, postos para o *eixo participação e protagonismo*, podem ser correlacionados com o objetivo da presente pesquisa, qual seja, estudar o processo de participação juvenil, especialmente em programas de prevenção à violência sexual, utilizando como estudo de caso o programa *Violência Sexual Não!*:

[...] o processo de definição de indicadores para o eixo de protagonismo (participação), deve considerar: a proporção do número de crianças e adolescentes em espaços de garantia e promoção de seus direitos; a qualificação da participação de crianças e adolescentes em fóruns, encontros e programas que promovam e defendam seus direitos; a inclusão de sugestões das crianças e adolescentes no processo de formulação de programas de prevenção e atendimento; a qualificação da prática das instituições que trabalham com crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de assegurar a efetiva participação desses grupos etc. (CNEVSCA; CONANDA, 2013, p. 25).

Os indicadores são importantes instrumentos para monitoramento das políticas públicas e para avaliação da efetivação dos próprios eixos.

O Plano Nacional, como pudemos ver, é organizado por eixos que nos apontam estruturas importantes que devem ser consideradas pelas Políticas Públicas referentes ao enfrentamento a violência sexual. Ele nos faz refletir a importância de um trabalho em rede (nos diferentes eixos), afinal estamos falando de uma violência complexa, multifacetada, cujo o sofrimento causado na criança e no adolescente vítima e em seus familiares os faz permanecer em silêncio, vivenciando com intenso sofrimento essa violência sem a devida significação e valorização do que se passou e está se passando (COSTA; SANTOS, 2011).

Costa e Santos (2011) relatam que “as pessoas em situação de violência sexual percorrem um difícil caminho, que se inicia com a própria ocorrência do abuso, mas que pode não se encerrar, necessariamente, com a revelação e denúncia” (p. 531). A ausência de um trabalho articulado, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode levar a vítima muitas vezes a transitar nas várias instituições (Conselho Tutelar, Delegacia, Assistência Social, Promotoria e outras existente no município), tendo que relatar novamente o sofrimento vivido, podendo receber duplos ou diferentes encaminhamentos para seu caso ou interrompendo ações já iniciadas, podendo, assim, sofrer novas violências (mesmo que simbólicas) pelo próprio sistema público responsável em cessar a violação.

Bellenami e Malfitano (2006) acrescentam que, ao pensar a violência sexual, é necessário considerar que ela tem multi-causalidades, e nesse sentido é necessária a implantação de programas intersetoriais, formando uma rede de serviços que possuem um fluxo complementar.

O trabalho feito em rede, de forma interdisciplinar, com a comunicação fluida entre as políticas, poderá minimizar esses atravessamentos, além de “favorecer a troca de conhecimento, práticas e informações entre os profissionais que fazem parte do sistema de enfrentamento à violência sexual” (COSTA; SANTOS, 2011, p. 537), podendo colaborar não somente no atendimento às vítimas, mas na prevenção a essa violação, levando inclusive com mais propriedade a discussão para os adolescentes e jovens que poderão se somar (conforme previsto inclusive no Plano Nacional) a esse enfrentamento.

O Sistema de Garantia de Direitos, ao discutir o enfrentamento a violência sexual, deve se pautar da discussão da rede, do bom atendimento as vítimas e suas famílias e também na prevenção.

Nogueira Neto (2012) destaca que a política pública de enfrentamento deve falar em promoção de direitos, enfrentando todas as formas de violência sexual, com ações afirmativas em favor da sexualidade saudável e prazerosa de crianças e adolescentes, desenvolvendo junto ao público infanto-juvenil ações, projetos e programas que tragam essa pauta.

Antes de adentrar especificamente no tema das políticas públicas, no desenvolvimento dessas ações e projetos voltados para a juventude, abordaremos o entendimento de quem são estes sujeitos adolescentes e jovens.

2.4 Adolescentes e jovens e a participação juvenil

Quando falamos de juventude, estamos nos referindo a um recorte da faixa etária que hoje, pela legislação vigente, vai de 15 a 29 anos. Mas para uma parte da população nessa faixa etária, os adolescentes (faixa etária de 12 a 18 anos) já tinha no Estatuto da Criança e do Adolescente um marco legal que balizava a discussão das temáticas relativas a essa parcela da população.

Atualmente no Brasil, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, há o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, outro dispositivo legal que visa a assegurar a efetivação de seus direitos. O Estatuto da Juventude preconiza, entre seus princípios, a “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações” (BRASIL, Art. 2º, Inciso II, 2013). Porém, a participação juvenil ainda é pouco incentivada na sociedade, sendo uma novidade até mesmo para os próprios jovens.

O aumento da população jovem e seu processo de afirmação como sujeito de direitos tem provocado a discussão por políticas públicas que de fato entendam e atendam as demandas da juventude, que sejam capazes de dar voz e proporcionar uma participação efetiva e o empoderamento em todos os espaços destinados a eles.

Mas quem é essa juventude? Que política pública é essa destinada a ela? Como possibilitar ao jovem a participação cidadã?

Segundo Carrano e Dayrell (2014) o começo da juventude, o que chamamos hoje de “adolescência” é uma fase marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. As mudanças psicológicas que se produzem nesse período e que são o correlato de mudanças corporais levam a uma nova relação com os pais e com o mundo, o que só é possível se o adolescente elaborar lenta e dolorosamente o duelo pelo corpo da criança, pela identidade infantil e pela relação com os pais na infância (BUENO, 1998).

Segundo Ávila (2005), um dos conceitos trazidos por Erik Erikson (1976) para explicar o momento de incerteza das mudanças na adolescência é a “crise de identidade”. É na adolescência que a identidade psicossocial vai ganhar consistência.

Ampliando os conceitos da psicologia, Abramo (2005) entende que a vivência da juventude passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como uma preparação, uma passagem para a vida adulta. Corroborando esta ideia, Carrano e Dayrell (2014) dizem que é comum a produção da imagem da juventude como transição e, comumente ao pensar assim, muitos adultos passam a destituir o jovem de suas identidades vividas no presente e focam na projeção do futuro: “A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem” (CARRANO; DAYREL, 2014, p. 112).

De acordo com Mayorga (2013) quando estudamos sobre juventudes é necessário compreender fenômenos psicológicos somados as manifestações psicológicas, considerando seu contexto e campo social, sem eliminar o sujeito jovem.

Para além de olhar o presente, ressaltamos que não estamos excluindo ideias trazidas pela psicologia, mas ampliando o conceito de juventude. É necessário olhar o presente sem homogeneizar a juventude, isto é, partindo das diferenças vividas pelas juventudes em seus contextos sociais nos quais estão incluídas. Ou seja, se é preciso considerar a fase da adolescência e da juventude no desenvolvimento humano, também é importante compreender que os adolescentes e os jovens vivem as particularidades de seus contextos sociais e condições de existência. Nesse paradoxo, devemos também dizer que nos deparamos com adolescentes e adolescências, jovens e juventudes, no plural, na pluralidade das suas experiências em sociedade.

Outra característica comum a esta juventude é a necessidade da sociabilidade que, de acordo com Carrano e Dayrell (2014, p.118), “parece responder às suas necessidades de

comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade”.

Castro (2009), ao estudar essa fase de socialização dos jovens, diz que, atualmente, as ações dessa faixa etária reivindicam diferentes formas de participação política por meio dos coletivos, mobilizadas pelas paixões e afetos e não somente baseada em critérios racionais como hoje as correntes políticas enfatizam.

A construção psicossocial dessa identidade do sujeito jovem passa então por essa associação a seus pares, provocada, por exemplo, segundo Mayorga (2011), por incômodos relativos a sentimento de injustiça ou pela vontade da construção da vida comum.

Sendo assim, a construção de identidade dos sujeitos jovens pode ser marcada pelos processos de participação cidadã juvenil, pois ao participar efetivamente o sujeito é levado a questionar injustiças e desigualdades sociais vivenciadas por muitos deles. Mayorga (2011) irá nomear esse questionamento de “virada analítica”: “Essa virada analítica é característica do pensamento crítico e muitos jovens vivem isso em contextos sociais diversificados. Tal virada certamente ganha força quando se dá de forma coletiva, compartilhada com outras pessoas” (p. 32). Ainda segundo a autora, o jovem que se engaja socialmente tem no “engajamento social um *locus* privilegiado de transformação contínua de si e do mundo” (MAYORGA, 2011, p. 32).

Essa virada analítica pode ser pensada também no que tange à política de enfrentamento da violência sexual, pois incluir adolescentes e jovens na pauta é convidá-los a vivenciar esses sentimentos de intolerância e injustiça, chamando-os a conhecer e discutir seus direitos relativos ao desenvolvimento de sua sexualidade e pensar ações de proteção individual e de seus pares, efetivando seus direitos de dignidade e respeito ao desenvolvimento físico, moral e mental.

Quando falamos então de participação juvenil no enfrentamento a violência sexual, estamos considerando esse ser jovem, que se encontra em plena construção de sua identidade juvenil, passando por intensas transformações não só psicológicas e sociais, mas também mudanças biológicas. Como Camargo e Ferrari (2009) salientam, são pessoas que estão vivenciando com intensidade a mudança da composição corporal, eclosão hormonal, a evolução da maturidade sexual. Paralelamente às mudanças corporais, ocorrem as “psicoemocionais, como

a busca da identidade, a tendência grupal, o desenvolvimento do pensamento conceitual, a vivência singular e a evolução da sexualidade” (CAMARGO; FERRARI, 2009, p. 938).

Por isso, não podemos perder de vista que não se está aqui falando de qualquer participação, mas aquela feita com ou pelos jovens, com suas características que lhes são próprias, e para garantir esse direito é necessário aceita-los como sujeitos em desenvolvimento, com sua maneira de ser, de discorrer, de atuar e conviver, para que eles tenham oportunidade de demonstrar suas capacidades de se relacionar entre seus pares, com os adultos e com as instituições, trazendo contribuições nas discussões sociais e na defesa de direitos.

Ainda segundo Castro (2009), lembrando o que já trouxemos nesse capítulo, o jovem não é apenas aquele que necessita ser preparado para ser um adulto, pois ele pode contribuir na sociedade ainda na fase de juventude, com suas vivências, possibilidades subjetivas e estruturais condizentes com seu momento de vida. Mas é importante garantir para esse sujeito em desenvolvimento, espaços de aprendizado, respeitando suas particularidades, auxiliando na preparação desse sujeito enquanto sujeito político, que nos processos de participação tem muito a contribuir na construção de políticas públicas.

2.5 Participação juvenil nas políticas públicas para a juventude: pressuposto de cidadania na sociedade democrática

Em um material produzido pela ONG Agenda Pública (2015), são apontados marcos e fatos que marcam a construção da Política Nacional da Juventude, que é relativamente nova no cenário de defesa dos direitos. Um primeiro marco apontando foi a Criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a juventude na Câmara dos Deputados em 2003 que, entre outras ações, elaborou documentos que serviram de base para o Estatuto da Juventude. Em 2004, houve a instalação de um Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, no mesmo ano em que foi feita a primeira Conferência Nacional da Juventude organizada pela Comissão Especial da Câmara. A partir dessa Comissão, foi construído o primeiro Plano Nacional da juventude que, segundo Silva e Silva (2011), propôs uma política pública com foco no jovem como ator social estratégico do desenvolvimento, indicando desde então a inserção dos jovens no processo de construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Podemos dizer que a política pública nacional para a juventude no Brasil é implementada com a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em 2004, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República e responsável direta pela formulação, acompanhamento e articulação dessa política pública. Em 2005, é criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) que tem, além do papel de formular e propor diretrizes voltadas à política pública da juventude, a função de fiscalizar, devendo cobrar do poder executivo que esta política seja executada. Os dois órgãos são, portanto, importantes e fundamentais para se pensar e consolidar políticas para a juventude no Brasil.

Silva e Silva (2011) alertam para a seriedade do caminho que deve ser percorrido no acompanhamento da Política Nacional da Juventude, enfatizando que não basta a existência de um órgão responsável e o aporte legal, mas é preciso que a sociedade civil, em especial os jovens e instituições que lutam pelos seus direitos, conjunta com a vontade e ação política dos governantes, para ampliar, monitorar as ações, faça o seu papel de controle social democrático das iniciativas desenvolvidas.

Uma das responsabilidades da SNJ e do CONJUVE é promover a Conferência Nacional da Juventude, como um espaço de participação direta de jovens dos estados brasileiros, sendo a terceira, a mais recente realização, em 2015. Em uma consulta ao site criado para a 3ª Conferência, é indicado que seu objetivo foi “atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceito” (BRASIL, 2015). Nesta Conferência, foram debatidos temas como a cultura, trabalho, participação social, educação, saúde e esporte, além de segurança, meio ambiente, diversidade, território e comunicação.

Destacamos aqui a Conferência por entender que esse é um espaço legítimo de participação, conquistado como direito, onde os jovens são chamados a influir diretamente nas políticas públicas de juventude.

Na terceira e última Conferência, em 2015, foram tiradas pelos milhares de participantes três propostas fundamentais para a política de juventude: a primeira relativa ao *eixo segurança*, trazendo o pedido pela não redução da maioria penal; a segunda, relativa ao *território*, possui como tema a Reforma Agrária, demandando a regularização da documentação de assentamentos já existentes permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais; e a terceira e última, relativa à *participação*, solicitando a

garantia da implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores e conselhos, nas três esferas administrativas.

Voltando à discussão das políticas públicas para a juventude, ao conceituar a juventude, trouxemos a importância desta fase de desenvolvimento e das influências locais e sociais que vão compondo as juventudes, que merecem um olhar diferenciado e políticas públicas específicas:

Nesta perspectiva, falar em políticas públicas de juventude é falar em desenvolvimento integral, considerando as várias dimensões da vida social. Aqui, vale lembrar que é impossível desenhar e desenvolver uma política pública de juventude de corte transversal que não esteja baseada em conhecimentos sistemáticos e atualizados sobre as realidades juvenis - condições de vida, valores, comportamentos e expectativas - e de suas tendências de mudanças (BRASIL, 2014, p. 55).

Nos últimos documentos produzidos pelo CONJUVE e pela SNJ, considerar o jovem na sua complexidade é a recomendação sugerida ao se criar qualquer política pública para a juventude.

Um avanço recente, provocado pelos movimentos sociais da juventude e pela Política Pública, é o novo instrumento jurídico sancionado em 2013, voltado a esse público, que é o Estatuto da Juventude, legislação considerada avançada e que demanda mudanças para que seja garantida.

Apesar dos avanços legais na esfera da garantia de direitos para adolescentes (12 a 18 anos) e jovens (15 a 29 anos) e da criação de instituições governamentais para o desenvolvimento de políticas a eles destinadas instauradas nas últimas décadas, é preciso reconhecer que ainda há muito que se fazer no campo das políticas públicas voltadas para esse grupo. De toda forma, o Brasil possui uma legislação avançada e protetiva para adolescentes e jovens. Citamos o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude (CARRANO; DAYRELL, 2014, p.105).

De acordo como o SNJ, “o Estatuto da Juventude, fruto de quase dez anos de lutas e discussões do movimento juvenil” (BRASIL, 2014, p. 9), aponta que os direitos sociais já previstos nas demais legislações, “sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando suas trajetórias e diversidades” (BRASIL, 2014, p. 9), e inova assegurando novos direitos, “como o direito à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade” (BRASIL, 2014, p. 7).

A participação social passa então a ser direito da juventude no Brasil e ganha destaque desde os artigos iniciais. Já no seu artigo 2º, o Estatuto da Juventude aborda a promoção da autonomia e emancipação juvenil, explicando no seu parágrafo único que essa emancipação

se refere à “trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade” (BRASIL, 2012. Art. 2º, parágrafo único).

A participação seria então uma contribuição mútua tanto para o jovem que no seu processo de construção de identidade experimenta novos valores de solidariedade e defesa de direitos (não só seus, mas do coletivo) e para a política que passa a ser mais assertiva com seu público alvo. Mas de que tipo de participação se está falando?

Um conceito importante que devemos estudar antes de adentrar na discussão específica da participação juvenil, ou participação social, é o conceito de “participação política” ou “participação cidadã”.

2.6 Participação Cidadã: um conceito a ser estudado

Consultando o dicionário Aurélio Online (2016), verifica-se que o significado de participação é o ato ou efeito de participar, sendo o significado de participar: dar parte, avisar, comunicar, ter ou tomar parte. Pelo dicionário percebemos que participar pode acontecer de diferentes formas e intensidades desde uma simples comunicação até fazer parte de algo.

Bordenave (1983) especifica no seu livro sobre participação que existem diversas maneiras de participar, a primeira seria a participação de fato, que, de acordo com o autor, é aquela que os homens tiveram desde o começo da humanidade, como no seio familiar, nas tarefas de subsistência e nos cultos religiosos. A segunda seria a participação espontânea, exercida nos grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos claros definidos, como grupos de vizinhos e de amigos. A terceira é a participação imposta, em que a pessoa é obrigada a participar ou a realizar atividades consideradas para aquele lugar como indispensável, como, por exemplo, a missa dominical para os católicos e o voto obrigatório nas eleições. A quarta é a voluntária, que se dá, por exemplo, nos sindicatos livres e nas associações, que são aqueles grupos criados pelos participantes que vão ditar suas maneiras de funcionamento. A quinta seria a participação provocada pelos agentes externos, que ajudam os outros a alcançar seus objetivos, e temos aí como exemplo o serviço social, os trabalhos pastorais e o desenvolvimento das comunidades. E, por último, o autor apresenta a participação concedida, na qual o poder é legitimado pelos superiores, como exemplo pode-se mencionar a participação nos lucros ou até mesmo em planejamentos participativos.

Bordenave (1983) ainda divide a participação em “afetiva” e “instrumental”, A primeira é ligada ao prazer em participar, fazendo coisas junto com outras pessoas, nessa o sujeito participante não necessariamente tem um objetivo final, um resultado. Já a segunda ocorre quando o participante acredita que a participação com outras pessoas é mais eficiente, neste caso, as pessoas instrumentalizadas para atingir um objetivo. Para o autor, o ideal da participação é quando essas duas se equilibram.

Além dos tipos mencionados, ele discorre no texto sobre os graus e níveis de participação dentro de um determinado grupo ou organização, sendo o menor grau de participação a informação, em que as pessoas são informadas sobre decisões já formadas. Menciona, além disso, a consulta facultativa, em que as pessoas podem por exemplo dar sugestão sobre determinado tema; a consulta obrigatória, em que os dirigentes são obrigados a consultar os subordinados ou a população, mas cabe a eles a decisão final, avança para a elaboração/recomendação, em que se é possível elaborar propostas e recomendar medidas, obrigando a administração a justificar sua aceitação ou não; chegando à co-gestão, em que se encontram os colegiados; à delegação, em que os delegados podem tomar decisões sem consultar seus superiores; e ao grau mais alto, que é a autogestão, em que todos decidem sem uma referência a uma autoridade externa.

Já os níveis são estipulados pelo autor de acordo com a importância da decisão:

Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição.

Nível 2 – Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.

Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos.

Nível 4 – Alocação de recursos e administrações de operações.

Nível 5 – Execução das ações.

Nível 6 – Avaliação dos resultados.

Segundo Bordenave (1983), os níveis 5 e 6 ficam geralmente restritos “a poucos ‘burocratas’, ‘tecnocratas’ ou ‘lideranças’” (BORDENAVE, 1983, p. 34). Mesmo tendo Bordenave escrito o livro em 1983, vimos que essa consideração ainda é relevante, pois mesmo que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e as novas legislações que surgem embasadas nela (como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude,

Estatuto do Idoso, entre outros) trazem um viés participativo às Políticas Públicas, ainda pouco se tem visto dessa participação da população nas decisões em todos esses níveis de exercício do poder.

Apontamos aqui esses diferentes níveis, graus e maneiras para dizer que existem diversos modos de participar e que, no momento em que se estuda a participação juvenil, deve-se atentar para qual delas esta-se referindo. No nosso caso, estamos aqui dizendo de uma participação cidadã, uma participação política, que se concretizada estaria inserida nos níveis de participação mais altos acima explicitados.

De acordo com Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998), a terminologia “participação política” é usada para designar uma variada série, que vai desde o voto à participação em uma reunião, passando pela difusão de informações políticas. Para os autores, o substantivo e o adjetivo que compõem a expressão se prestam a interpretações diversas, “já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque” (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998, p.4). Ou seja, mesmo dentro da participação política, enquanto cidadãos, podemos ter diferentes maneira de participar, desde uma simples opinião dada em determinado espaço de decisão, por exemplo, mesmo não sendo conselheiro de um determinado conselho a pessoa pode participar de uma plenária e emitir sua opinião sobre o assunto ali discutido, quanto a partir de minha participação eu difundir meus conhecimentos políticos adquiridos através da minha participação, sendo multiplicador.

Borba (2011), citando Huntington e Nelson (1977), traz o conceito de “participação política” atrelado tanto à participação autônoma, produto de uma escolha autônoma para influenciar a tomada de decisões governamentais, quanto a uma participação mobilizada, que é aquela provocada por alguém que não ele, mas que também visa influenciar a ação governamental, essa ação pode ser influenciada pela lealdade, respeito ou até mesmo medo de um líder.

Para Ugarte (2004), a noção de “participação cidadã” está fortemente determinada pela teoria da democracia. Para ele “o conceito de democracia evoca a ideia de autogoverno; da liberdade positiva, entendida como a faculdade dos indivíduos de participarem na tomada das decisões a que são submetidos” (UGARTE, 2004, p. 95). A democracia só é real se garantidos os direitos políticos (o de participação incluído) e os direitos e liberdade fundamentais. Além disso, ele acrescenta que só é possível o exercício da participação livre se garantidos os direitos sociais básicos, como a educação e a subsistência. O autor justifica que o sujeito

sustenta a liberdade quando tem o mínimo necessário para articular suas ideias, podendo responder aos problemas que a realidade impõe.

E, quando falamos de sujeitos informados, vigilantes das coisas públicas, cidadão atento aos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e interessados em formas diretas ou indiretas de participação, segundo os termos de Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998), estamos dizendo daquilo que seria um “ideal democrático”.

Segundo Luchmann (2006), a concepção participativa da democracia está pautada na ampla participação dos cidadãos nos assuntos de interesse coletivo. Para a autora, as principais características da democracia participativa são: a) o resgate da idéia de soberania popular, decisões emergindo do coletivo; b) espaços públicos enquanto formadores de opiniões e da vontade; c) “o reconhecimento do pluralismo cultural, das desigualdades sociais e da complexidade social”; d) criação de espaços públicos deliberativos e; e) importância do formato e da dinâmica institucional (LUCHMANN, 2006, p. 19).

Podemos então dizer que a participação política é a garantia da cidadania. Afonso e Abade (2013), citando Pedro Demo (1995), apresentam as três dimensões da cidadania:

[...] a cidadania tutelada, em que não existem propriamente direitos, mas sim “concessões” do Estado, as quais visam a conter situações críticas e controlar a consciência dos cidadãos, a fim de defender os interesses do Estado e das classes dominantes; (2) a cidadania assistida, em que a noção de direito a ter direitos é ainda muito rudimentar, havendo uma assistência mínima a necessidades básicas, mas dentro de uma visão de concessão de benefícios (e não de acesso a direitos); (3) a cidadania emancipatória, em que se reconhece o direito a ter direitos e se atribui ao Estado a responsabilidade pela garantia desses direitos. A cidadania emancipatória está também relacionada à capacidade dos sujeitos de se afirmarem e participarem de forma ativa, consciente e crítica da sociedade (AFONSO; ABADE, 2013, p. 19).

A participação política, dentro dessas dimensões da cidadania, seria então a cidadania emancipatória, em que o sujeito reconhece seus direitos e de forma articulada “cobra” do Estado a sua garantia. Essa cidadania é garantida em termos jurídicos desde a Constituição de 1988, que na sua elaboração, já contou com uma grande participação da população.

Rocha (2008), diz que a Constituição traz referências à participação direta da sociedade, destacando o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Relacionado à democracia participativa, estabelece os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos três níveis

federados, “com representação do Estado e da sociedade civil, indicando que as gestões das políticas da Seguridade Social, da educação e da criança e do adolescente deveriam ter caráter democrático e descentralizado” (ROCHA, 2008, p. 136):

Hoje, após duas décadas dos avanços inseridos na Constituição, quase a totalidade das políticas sociais brasileiras – saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, trabalho e renda, turismo, meio ambiente, pesca, etc. - contam com espaços institucionalizados de participação social, denominados conselhos, que se configuram como órgãos administrativos colegiados com representantes da sociedade civil e do poder público. Muitos deles passaram a desenvolver também conferências nacionais, que são consideradas espaços mais amplos de participação, onde representantes do poder público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e a adequação de políticas públicas específicas. Algumas conferências são regulamentadas por lei (conferências nacionais, estaduais e municipais da Saúde e da Assistência Social); outras são regulamentadas por decreto do Poder Executivo, e há ainda aquelas que não possuem nenhum instrumento de institucionalização que obriga a sua realização. (ROCHA, 2008, p. 137).

Esses espaços de participação política, de cidadania emancipatória, se bem conduzidos, com participação ativa da sociedade civil, tornaram as políticas de fato públicas e democráticas.

2.7 Participação como elemento fundamental da cidadania para os jovens

Esta concepção participativa da democracia coaduna com a proposta de participação juvenil trazida pelas políticas públicas da juventude.

Luchmann (2006), fazendo uma leitura de Pateman (1992), diz que

[...] a participação é educativa e promove, através de um processo de capacitação e conscientização (individual e coletiva), o desenvolvimento da cidadania, cujo exercício se configura como requisito central na ruptura como o ciclo de subordinação e de injustiças sociais (LUCHMANN, 2006, p. 21).

Para Carrano e Dayrell (2014), a participação remete à ideia de adesão das pessoas em agrupamentos produzidos nas variadas dimensões de organização da sociedade e “é por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 121).

Neste contexto de uma participação educativa e de direito, podemos voltar à discussão da participação juvenil no contexto da vigilância e da defesa de direitos. Ao se ter a experiência

participativa, os jovens podem vivenciar os processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas, além da vivência de valores como a solidariedade e a democracia, permitindo o aprendizado da alteridade, além da experimentação das habilidades discursivas, a oportunidade da convivência, do respeito às diferenças e à liderança, vivenciados em processos participativos e decisórios (CARRANO; DAYRELL, 2014).

E, justamente por ser educativa, ela é também processual e não necessariamente linear, os sujeitos, no nosso caso, jovens, podem descobrir durante o processo de participação os motivos que os levam a participar de diferentes espaços, como a escola, movimentos culturais e esportivos, redes de comunicação e interação via internet, ou às vezes não irão inclusive ter consciência absoluta acerca dos verdadeiros motivos que os levaram a participar (MAYORGA, 2011).

Considerando os adolescentes e jovens como sujeitos em desenvolvimento, e destacando a garantia constitucional da participação, e entendendo a participação como processo também de aprendizado, compreendemos a importância da formação desses sujeitos para a cidadania emancipatória. Uma formação que deve ser garantida pelas políticas públicas, pelas diferentes instituições que atendem adolescentes e jovens, tendo aí a escola enquanto garantidora da educação, seu papel fundamental.

Para Afonso e Abade (2013) essa formação em direitos humanos e formação para cidadania é o trabalho sobre a consciência do direito a ter direitos, não um processo de doutrinação ou um mero repasse de informação. Dentro dessa concepção, as autoras acreditam que os educandos, sendo levados a pensar sobre os direitos dentro de seu contexto de vida, poderão desenvolver capacidades para a participação social.

Aqui lembramos que a participação além de um espaço educativo, hoje é um direito adquirido e preconizado pela política pública da juventude no Brasil, mesmo ainda sendo um desafio posto pelas diferentes políticas que trabalham com esse público. De acordo com o SNJ:

[...] atualmente, a participação da juventude é considerada um eixo estruturante no desenho das políticas sociais, devido à difusão do paradigma do jovem como sujeito de direito. Não mais objeto de tutela ou apenas beneficiário das ações do Estado, mas sim parceiro na formulação e implementação das políticas que lhe diz e lhe deve respeito. Porém, avançar da afirmação deste princípio democrático ao ato efetivo de participação da juventude, em todas as etapas das políticas em curso, constitui, ainda, um desafio (BRASIL, 2014, p. 99).

Para Diógenes (2009, p. 276), “as formas de participação política têm trilhado passos no campo da construção do que se poderia denominar de cultura política de juventude, fora de espaços partidários e das instâncias formais de participação política”.

Para garantir então a participação juvenil da geração atual é necessário, segundo Cassab (2009, p. 210):

Denunciar o silêncio que os emudece e desqualifica, produzir alternativas de reconhecimento, por meio do enriquecimento das narrativas da experiência concreta desta geração, reconhecer as possibilidades de sua efetiva participação social através do dissenso que os qualifica como interlocutores válidos, reconhecendo sua condição de sujeitos e cidadãos, são os caminhos da política. Através da ação política.

Para se pensar a participação juvenil, é indispensável pressupor que as modificações nas formas e conteúdo da participação são motivadas pelas novas configurações sociais e políticas no Brasil, que interferem nas motivações e condições objetivas que podem favorecer ou inibir os processos de participação, hoje direito fundamental da população jovem no Brasil.

Desde a Constituição Federal de 1988, que traz consigo o paradigma de Estado Democrático de Direito, que preza por construções políticas coletivas e participativas, incluindo crianças, adolescentes, mulheres e outras “minorias” até então não contemplados enquanto sujeitos de direitos, os jovens são também chamados a contribuir na constituição da sociedade que almejamos.

Estudar participação juvenil é discutir esse direito fundamental, conjugado ao acesso a todos os outros direitos. Os processos participativos tendem a serem inclusivos e poderão inserir de fato o jovem na sociedade, desde que as políticas públicas, de saúde, educação, assistência, trabalho, dentre outras, estejam atentas a este público, garantindo direitos básicos dessa faixa etária e aberta aos processos de participação e educação para a cidadania.

Hoje em dia, a juventude no Brasil é retratada principalmente pela mídia como um grave problema social, associada ao uso abusivo de droga, à violência, à criminalidade, e no caso de violência sexual até mesmo como causadores dessa violência (pela vestimenta “provocadora”, pelas músicas que escutam, pela “sexualidade desenvolvida”), colocando-os repetitivamente no lugar dos causadores dos problemas, sem perspectivas positivas para essa população dita comumente como “juventude perdida”. E impulsionar a participação é provocar os jovens a saírem desse lugar posto é chamá-los a ser contra a perpetuação da exclusão social. Pelo protagonismo, pode-se oferecer chances de reconstrução da experiência pessoal, com práticas

positivas de participação, “num posicionamento contrário à privação de capacidades e focadas em ações participativas de cooperação e de autogestão” (NOGUEIRA, 2011, p. 110).

Ora, vale aqui ressaltar que, quando falamos da importância da participação, não estamos delegando ao jovem que vivencia esse processo a resolução de todos os problemas sociais que marcam hoje a juventude no Brasil. Silva (2010) nos alerta para um cuidado com o discurso produzido que coloca o jovem no lugar do protagonista, que independente do seu nível social e suas dificuldades, “é capaz de superar as adversidades, resistir às pressões, modificar o seu entorno, adaptar-se constantemente às exigências do mundo atual” (p. 16).

O jovem ao ser provocado a essa participação necessitará está ligado a outras pessoas e instituições que compõem o sistema de garantia de direitos (ou rede de proteção como comumente é denominada) responsável em pensar, propor, executar e avaliar as políticas públicas que atendam as suas demandas e necessidades, garantindo a efetivação de seus direitos e a não violação deles. E aqui destacamos mais uma vez a importância do jovem ser formado para esse processo participativo e político, inclusive por essas instituições que compõem o SGD, tendo aí a educação um papel primordial.

Se pensarmos na prevenção a violência sexual, contar com essa rede é essencial, pois estamos falando de algo que ainda é encoberto, tabu para muitas famílias, um fenômeno complexo, multifacetado e que o jovem sozinho sem a rede de apoio pode encontrar barreiras na sua participação em pró do enfrentamento a esse fenômeno.

Além de uma rede articulada, faz-se necessário espaços, políticas públicas instauradas nos municípios, que possibilitem um ambiente de formação para a participação dos jovens. Em uma pesquisa feita na região metropolitana de Belo Horizonte, Dayrell, Gomes e Leão (2010) detectaram um baixo índice de participação social e política dos jovens, 20,7% participavam de qualquer grupo, sendo entre esses 43,5% desenvolvem atividade religiosas e 27,1% atividades culturais. Eles apresentam como hipótese duas questões já relatadas nesse capítulo, a saber, o contexto socioeconômico vivenciado por muitos deles, que cria desesperança e descrença na ação coletiva como capaz de interferir na realidade e a falta de espaços e situações onde os jovens possam experimentar a vida coletiva e a participação social, levando-os a acreditar nos possíveis resultados dessas ações.

No entanto, é necessário não somente executar políticas públicas inclusivas para adolescentes e jovens, mas garantir sua participação cidadã e acompanhar através de processos avaliativos essa inclusão e a efetivação dessas políticas.

2.8 Participação e Avaliação da Política Pública

Mas como medir se essa participação está de fato acontecendo dentro da Política Pública?

De acordo com Furtado (2001) podemos optar, dentro do campo da avaliação, por uma abordagem que centra em todos os atores envolvidos no processo, diferentes das avaliações clássicas comumente utilizadas na avaliação de projetos e programas, sem priorizar os valores e pontos de vista dos envolvidos, garantindo a participação. O ideal seria uma avaliação que

[...] apresente uma real preocupação com a utilização dos resultados do processo investigativo e que se utilize de métodos voltados para o estudo do fenômeno *in situ*, lançando mão de instrumentos provenientes da etnografia, antropologia e sociologia, nos parece mais apropriado para a superação de algumas questões da avaliação clássica (FURTADO, 2001, p. 170).

Ou seja, nesse momento de avaliação dos programas desenvolvidos para a juventude, se faz necessário escutar, além dos técnicos e gestores envolvidos, seu público alvo, garantindo desde esse momento a participação juvenil.

Campos (2011) ao estudar as estratégias de avaliação para instituições participativas, diz que o fundamental nas avaliações que se tornarão representações sociais é a construção de significado para o público ao qual ela é destinada, implicando na interação entre o conjunto de valores do proponente da avaliação, nos que estão conduzindo e dos sujeitos que estão sendo avaliados. Ou seja, todos os envolvidos têm que ser de fato envolvidos no processo, sendo produtores e usuários de representações: o público, por exemplo, poderá legitimar ou recusar os relatos da realidade que está sendo avaliada, mas é necessário que os participantes sejam envolvidos na produção de significados, para que a avaliação seja de fato participativa.

O jovem, além de participar exercendo o que chamamos de participação juvenil na avaliação, poderá indicar para os gestores caminhos reais para o desenvolvimento de programas atrativos a esse público, que atendam às suas demandas e, conseqüentemente, que sejam incentivadores da participação, processo esse que implica uma gestão não somente pública, mas uma gestão social.

De acordo com Tenório (1998), gestão social é aquela gestão que possui um gerenciamento participativo, com predomínio do diálogo e onde a tomada de decisão é feita pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Segundo o autor, para haver gestão social é imprescindível igualdade política e decisória. Maia (2005), ao estudar os diferentes autores da gestão social, diz que as principais similaridades nas concepções desses estudiosos, são que democracia e cidadania surgem como conceitos fundamentais da gestão social.

Assim, compreendemos “gestão social” como um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade (MAIA, 2005, p. 15-16). Nessa visão, a gestão social está intimamente ligada aos processos de participação e protagonismo, que se pautam no diálogo, nos processos participativos, que levam em consideração o que traz cada indivíduo, inclusive suas crenças e experiências vividas, assim como o desenvolvimento local.

Para se promover o desenvolvimento local, são necessários processos de diálogo e participação intensos, tomadas de decisão coletivas, autonomia e protagonismo dos atores envolvidos, bem como a defesa dos interesses e objetivos comuns à comunidade. Pode-se, então, afirmar que uma das maneiras efetivas de se desenvolver localmente é utilizando o modelo de gestão social.

Desenvolvimento local, para Dowbor (2008), está relacionado à capacidade de transformação econômica e social das comunidades, levando em conta a sua participação.

Essa participação é também imprescindível na gestão social, Carvalho (2014) afirma que é indispensável assegurar a participação dos sujeitos no desenho e na prática da intervenção no trabalho social, voltadas para o modelo de políticas públicas como foco na gestão social. Nossa sugestão é que os jovens, seguindo esse modelo, sejam inseridos em todo o processo, inclusive nos processos avaliativos de programas sociais, incentivadores da participação juvenil, e nas políticas públicas desenvolvidas para esse público, sendo incorporadas aos valores defendidos pela gestão social com vistas inclusive ao desenvolvimento local.

A participação política de fato, com altos níveis de participação, como vimos na definição de Bourdenave (1983), será aquela em que o cidadão participará desde a elaboração, a execução,

o acompanhamento do recurso e avaliação. Esse processo participativo também é caro à gestão social: Maia (2005) nos diz da importância da estratégia dessa gestão, sendo construída pelo interesse público, assumido pelos cidadãos, tendo acesso às riquezas dos processos de decisão, na direção da vida societária, exercendo a cidadania.

2.9 Considerações finais

Como vimos no decorrer desse capítulo, a política para a juventude no Brasil é relativamente nova, assim como o reconhecimento do jovem como sujeito de direito, que ainda está em processo de legitimação e reconhecimento na sociedade e até mesmo dentro da política. Nesse sentido, o Estatuto da Juventude, recentemente promulgado, torna-se um importante instrumento para essa população.

Com essa nova diretriz trazida por esse instrumento legal e pela Secretaria e Conselho Nacional da Juventude, devemos respeitar a diversidade de juventudes que temos no Brasil e trazê-los para a discussão do planejamento, da implementação e do acompanhamento dos programas e projetos desenvolvidos para eles, garantindo aí uma participação efetiva. Vale lembrar que o Estatuto da Juventude é um importante mecanismo jurídico, mas que ainda precisa ser implementado (e nesse processo o jovem tem que ser incluído de fato), com políticas públicas que o efetivarão enquanto direito conquistado.

Além disso, é necessário o acompanhamento das demandas juvenis em sua complexidade e diversidade, entendendo que essas demandas são plásticas no sentido da sua condição juvenil. Caso contrário, não será cumprido o desafio maior que é garantir, na sua pluralidade e no seu jeito de ser, a inclusão do sujeito para quem aquele programa é destinado, nas suas práticas cotidianas.

E isso vale para a política de prevenção a violência sexual, que precisa incluir de fato os diferentes adolescentes e jovens, da maneira que lhe é própria de expressar, nas suas diferentes ações, os chamando a contribuir no que tange a prevenção, pautada pelo direito a sexualidade saudável, prazerosa e protegida.

Enfatizamos a importância da participação nos diferentes espaços políticos, como os conselhos e os fóruns, enquanto processo educativo, tendo as políticas públicas uma

importante função de capacitar e formar os jovens para uma cidadania emancipatória, por meio da qual os jovens compreendam seus direitos e as diferentes maneiras de participar.

Como vimos, a complexidade trazida pela juventude atual, convida as políticas públicas a trabalharem de forma articulada, por meio da gestão social contemporânea, que de acordo com Carvalho (2014) exige a operação de diversas políticas públicas interdependentes, com intervenções prevendo a articulação de atores públicos e privados e interinstitucional, constituindo estratégias comuns com desenvolvimento de projetos integrais em rede.

São muitas as possibilidades para que a participação juvenil saia de um discurso vazio para ser uma realidade concretizada de fato, se tornando legítima a participação da juventude nas políticas públicas.

Dentre elas destacamos a garantia de diálogos na horizontalidade, respeitando a fala dos adolescentes e jovens, pautando-se em uma relação de humildade e solidariedade. Além da criação de espaços de aprendizagem para participação social e política, entendendo que o processo de participação também tem que ser apreendido. E outro seria a legitimação e valorização de novas maneiras que a juventude contemporânea pode trazer de incidência no sistema político tradicional, contemplando a participação cidadã. Para tudo isso é necessário o respeito aos diferentes sujeitos jovens, tendo como base para essas políticas processos desenvolvidos em uma gestão social, com espaços democráticos e de cidadania emancipatória.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martini (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

AFONSO, Maria Lucia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Jogos para pensar: Educação em Direitos Humanos e Formação para a Cidadania**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013.

ÁVILA, Sueli de Fátima Ourique de. **A adolescência como ideal social**. In: *Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente*. São Paulo: 2005, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&rm=iso>. Acesso em 10 de nov 2014.

BALBINOTTI, Cláudia. A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. **Direito e Justiça** – Revista de Direito da PUC-RS, Vol. 35, No. 1, 2009, Porto Alegre. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/claudia_balbinotti.pdf. Acesso em 10 jan 2014.

BATISTA, Wilson Roberto. **As políticas públicas de juventude**. Unesp/Marília. Paraná, 2009. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3205_1506.pdf>. Acesso em jul 2015.

BELLENZANI, Renata; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**. V. 15, n.3, set-dez, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOGHOSSIAN, Cyntia Ozon, MINAYO, Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre a juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc**. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009, Disponível em: <[://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf)>. Acesso em 03 de jul 2015.

BORBA, Julian. Participação política como resultado das instituições participativas: Oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 10 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 12,852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição CEDCA – MG. Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010**. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos: PNDH3**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **3ª Conferência da juventude**. Brasília:2015. <Disponível em <http://juventude.gov.br/profile/conferencia>>. Acesso em 24/01/2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – Ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / Org.:Helena Abramo**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Disque 100: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015**, Brasília: 2015. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>>. Acesso em 26/12/2015.

BUENO, Jocian Machado. Desenvolvimento psicomotor. In: **Psicomotricidade, teoria e prática: estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas**. São Paulo: Lovise, 1998.

CAMARGO, Elisana Ágatha Iakmiu; FERRARI, Rosângela Aparecida Pimenta. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Ciência e Saúde Coletiva**, 14(3):937-946, 2009

CAMPOS, Geraldo Adriano G. Participação e representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. Juventude e ensino médio: Quem é este aluno que chega à escola. In: CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez; MAIA, Carla Linhares (orgs). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 2014.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Processos de subjetivação da juventude na contemporaneidade: ação política em tempos de não política. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin e SOUZA, Sônia M. Gomes (orgs). **Juventude e contemporaneidade**

desafios e perspectivas. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG/Canône Editorial, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate. Psicologia: **Teoria e Pesquisa**, Brasília: v.25, n.4, p. 479-487, out-dez, 2009.

CNEVSCA, CONANDA, PNEVSCA. **Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2013.

COSTA, Liana Fortunato; SANTOS, Viviane Amaral dos. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. **Estudos de Psicologia**, Campinas: 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n4/13.pdf> Acesso em 04 de jan. 2015.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Limo; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba: n.38, p. 237-252, set/dez, Editora UFPR, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto. ONGs cobram ação de Lula para combater exploração. **Folha Online**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd190504c.htm> acesso em 09/02/2016.

DIÓGENES, Gloria. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (Orgs.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA/São Cristóvão/EDUFES, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. V. 6 (1):165-181, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v6n1/7034.pdf>. Acesso em: 14 e abr. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Crianças_e_Adolescentes/1997/Caracteristicas_Gerais/. Acesso em outubro de 2014.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. **Ciência Sociais UNISINOS**. v. 42. n.1, 16-26, jan/abril de 2006. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6011/3186. Acesso em: 02 de Nov de 2014.

MAIA, Marilene. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Textos e Contextos**, n 4, ano IV, dez. 2005.

MAYORGA, Cláudia. Juventude e Participação. In: MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**/ Maria Aparecida Moura (Org.). - Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/03_Juventude_e_participacao_-_Claudia_Mayorga.pdf> Acesso em 05 jul. 2015.

MAYORGA, Cláudia. **Pesquisar a juventude e sua relação com a política** – notas metodológicas. Estudos de Psicologia, 18 (2), abril-junho/2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf>>. Acesso em julho de 2015.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Sexualidade infanto-adolescente e seu reconhecimento como direitos humanos: a necessidade de mais reflexão e teorizações. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro: v. 24, n.1, p. 15-32, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652012000100002escript=sci_arttext> acesso em 17 jan. 2016.

NOGUEIRA, Ms. QuéfrenWeld Cardozo. **Esporte**, desigualdade, juventude e participação. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** (Impr.) v.33 n.1 Porto Alegre Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n1/a07v33n1.pdf>>. Acesso em julho de 2015.

PELISOLI, Cátula; PICCOLOTO, Luciane Benvegno. Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. vol.6 no.1 Rio de Janeiro: jun. 2010.

ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf>. Acesso em 24 jan. 2016.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção a violência sexual**. São Paulo: Childhood/Instituto WCF-Brasil/Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Priscila da. A subjetivação presente no discurso da protagonismo juvenil. **Ver. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2010. Disponível em <<http://periodicos.homologa.uniban.br/index.php/RBAC/article/view/103/82>>. Acesso em jun. 2015.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Robassa da. Política Nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**. Salvador, v.24, n. 63, p. 663-678, 2011.

TENÓRIO, Fernando C. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **RAP**. Rio de Janeiro. v. 32, p.7-23, 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>, acesso em 10/01/2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>, acesso em 10 de jan. 2016.

UGARTE, Pedro Salazar. Que participação para qual democracia?. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (orgs). **Participação e Deliberação**: teoria democrática e experiência institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

3 A PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM PROGRAMAS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA VIOLÊNCIA SEXUAL NÃO!

Resumo: Este capítulo apresenta uma pesquisa que se propôs a analisar a participação juvenil no *Violência Sexual Não!*, um programa social de prevenção à violência sexual, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens em vinte e três municípios mineiros. Foi desenvolvido um estudo de caso sobre as contribuições desse Programa para a política de prevenção à violência sexual nas comunidades atendidas com foco na participação dos jovens. Foram entrevistados os adolescentes e jovens (público direto do Programa), os técnicos envolvidos, e os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes de três dos municípios atendidos. O estudo foi realizado por meio de pesquisa empírica, utilizando-se *entrevistas e observação*, além de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa se fez importante no atual contexto de combate à violência sexual e promoção da participação juvenil, sendo que a ONG estudada é referência nacional nessa área. O trabalho concluiu que o Programa ofereceu aos adolescentes e jovens espaços de educação para a cidadania e aprendizado sobre o fenômeno da violência sexual, os incentivando a serem protagonistas de seus direitos, porém não garantiu o que se propunha de formar jovens multiplicadores articulados ao sistema de garantia de direitos, visto que encontraram dificuldades de inserção na rede local e execução das atividades previstas por eles.

Palavras Chave: Gestão Social. Desenvolvimento Local. Políticas de prevenção à Violência Sexual. Participação Juvenil.

3.1 Introdução

Este capítulo apresenta um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não!², que foi desenvolvido pela organização não-governamental Oficina de Imagens em municípios mineiros, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais (SEDESE). A pesquisa intenciona compreender melhor a participação juvenil em políticas públicas de prevenção à violência sexual, e a partir desse caso, poder contribuir para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção na área de gestão social, com características de inovação social e potencializadora do desenvolvimento local.

São objetivos da pesquisa: 1) Descrever a proposta do Programa “Violência Sexual Não!”, com ênfase no valor da participação juvenil em suas diretrizes, objetivos e metodologias de

² A partir de agora referido como Programa.

ação e de avaliação; 2) Sistematizar a avaliação que os atores sociais envolvidos fazem sobre o Programa “Violência Sexual Não!”, especialmente considerando a promoção da participação juvenil e; 3) Analisar, a partir dos dados sistematizados, o Programa Violência Sexual Não!, à luz do paradigma da gestão social, com ênfase na participação e, mais especialmente, na participação juvenil.

A questão central norteadora desse estudo foi: Que fatores possibilitam ou dificultam o processo de participação juvenil em programas de prevenção à violência sexual?

A participação juvenil tem sido valorizada a partir de documentos como a Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude (EJ), que tomam a participação como elemento fundamental para uma sociedade democrática, abrangendo todos os setores sociais, incluindo adolescentes e jovens. Contudo ainda existem dificuldades diversas para a efetivação dessa proposta.

Pensando nos jovens como sujeitos de direitos, cidadãos capazes de participar socialmente, em um processo de experimentação, de aprendizado e de direito pode-se reiterar a normativa contida no EJ, que visa garantir a:

[...] inclusão dos jovens nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; (seu) envolvimento ativo em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões do país; (e sua) efetiva inclusão nos espaços públicos de decisão e direito a voz e voto (Art. 4º - Estatuto da Juventude – Lei 12.852, de 05/08/2013).

As referências traçadas pelos documentos legais, entretanto, não garantem a participação. Há que se indagar se ela tem sido de fato praticada, os mecanismos que a sustentam ou que a obstruem no contexto social e histórico. Nesse caminho, podem ser encontradas tanto estratégias já institucionalizadas legalmente, como a militância em partidos políticos, como aquelas que ainda buscam a sua identidade e que estão sendo construídas por diferentes atores sociais.

3.2 Discussão teórica

3.2.1 Participação Social de Jovens

De acordo com Castro (2008), no contexto brasileiro, marcado por suas desigualdades sociais, compreender a participação dos jovens na construção e decisões da sociedade põe em questão se e como eles se reconhecem enquanto integrantes desse conjunto tão desigual e podendo interferir em suas trajetórias sociais.

Nesse sentido, Castro (2008) sugere que a construção da subjetividade do jovem, no contexto contemporâneo, é também afetada pela legislação vigente (como o ECA), que o define como cidadão e pessoa em desenvolvimento, passando dos pertencimentos mais restritos, como a família, para outros pertencimentos coletivos e sociais.

A participação na sociedade contribui para a construção do processo subjetivo do jovem. Moreira, Rena e Souza (2013), ao estudar diferentes grupos juvenis de uma região de Belo Horizonte e de Betim, perceberam que a participação dos jovens ia além da organização ou da luta pela garantia de direitos, mas era “um exercício no tempo presente de circulação da palavra entre pares, de enfrentamento dos conflitos que a própria vivência da cena coletiva impõe” (MOREIRA; RENA; SOUZA, 2013, p. 403).

Ou seja, a participação é também uma possibilidade de aprendizagem para esse sujeito jovem, colaborando na sua construção enquanto sujeito de direito. Reconhecer que os jovens são “pessoas em desenvolvimento” não implica desqualificar a sua participação, pois muito têm a contribuir na construção das políticas públicas. Porém, implica, sim compreender as especificidades dessa participação, inclusive para desenvolver os meios necessários para a sua efetivação.

Tanto o ECA quanto o EJ postulam a participação como um direito de adolescentes e jovens. Entretanto, como diz Castro (2007), mesmo que esse reconhecimento dê visibilidade política aos jovens, não garante automaticamente a sua participação legítima e efetiva. A participação dos jovens encontra desafios como os embates com os adultos, a identificação de suas próprias demandas, o desenvolvimento de estratégias de participação adequadas, e assim por diante. Esses desafios trazem momentos ricos de aprendizado para os jovens, os adultos e toda a sociedade, em um movimento simultâneo de inclusão social e de reflexão.

Pensando nos adolescentes e jovens como sujeitos em desenvolvimento, faz-se importante nesse contexto de participação garantir espaços de formação para a cidadania. Uma formação garantida pelas políticas públicas. Para Afonso e Abade (2013) essa formação para cidadania é o trabalho sobre *a consciência do direito a ter direitos*, não uma catequização ou um repasse de informação. Mas uma formação onde os jovens serão levados a pensar sobre os direitos dentro de seu contexto de vida, podendo desenvolver capacidades para a participação social.

Busca-se, portanto, compreender como os jovens percebem a sua participação em programas e políticas públicas, considerando a sua cidadania, seus direitos e deveres.

De acordo com Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998), como participação podemos considerar desde participar como quem assiste a algo, até assumir um papel de protagonista, de destaque. Existem, então, diferentes níveis e maneiras de participar. No caso deste trabalho busca-se entender a participação juvenil como uma participação cidadã e política, em sentido amplo, concretizada na atuação direta dos jovens dentro das políticas públicas a eles destinadas.

Pode-se definir a participação cidadã, com base na teoria da democracia. Para Ugarte (2004), o conceito de democracia é entendido como a capacidade que os sujeitos têm de participarem na tomada de decisões as quais eles são chamados a participar. No Brasil tem-se essa participação democrática desde o voto, a participação nos conselhos, nos fóruns, nas conferências, dentre outros espaços. O autor enfatiza que a democracia só é legítima se garantidos os direitos políticos e os direitos a liberdade, além dos direitos sociais básicos, como à educação e à subsistência.

3.2.2 A participação política dos jovens no Brasil

Antes de adentrar na análise de dados de nossa pesquisa, considerou-se interessante trazer dados de uma pesquisa nacional voltada a retratar a juventude brasileira, e que trata da participação dos jovens.

A pesquisa denominada “Agenda Juventude Brasil”, foi publicada em 2013 pela Secretaria Nacional da Juventude (BRASIL, 2013), e contemplou, em sua coleta de dados, entrevista a 3.300 jovens entre 15 e 29 anos de 187 municípios, incluindo capitais e cidades de diferentes portes.

Ao serem indagados quanto o histórico e desejo de participar em associações, entidades e grupos, 46% dos jovens responderam que participa ou já participou em um desses espaços coletivos (BRASIL, 2013). Esses dados revelam um número apreciável de jovens que participam ou manifestam o desejo em participar de atividades coletivas, que mesmo sem constituir maioria, merece ser observado como destaca o próprio documento (BRASIL, 2013).

Outra indagação feita aos jovens na pesquisa foi se eles podem mudar o mundo: 91% disseram que podem mudar. Ainda dentro desta perspectiva, foi perguntado quais as formas de atuação que podem melhorar as coisas no Brasil: 45% mencionam a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas. Outros 44% citam a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma forma e 35% consideram a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo. A atuação pela Internet, opinando sobre assuntos importantes ou cobrando os políticos e governantes foi citada por 34% dos respondentes e a atuação em partidos políticos foi apontada por 30%. A organização em coletivos e as novas formas de participação, aparecem como possibilidade de um fazer diferente para mudar e melhorar o país (BRASIL, 2013).

A pesquisa revela que há fortes indicadores sobre o desejo juvenil de contribuir para a transformação do país, podendo trazer pela sua maneira de participar, desde as manifestações de rua até a atuação pela internet, novos ares da vida democrática (BRASIL, 2013).

Outro item interessante da pesquisa diz de temas relevantes para a juventude. Foi perguntado aos jovens quais os temas mais importantes para serem discutidos em sociedade, na família e com os amigos. Os temas da violência e drogas são os únicos que aparecem como importantes para serem discutidos em todos os âmbitos, talvez pela proximidade que esses temas têm do cotidiano dos jovens (BRASIL, 2013).

A sexualidade, na resposta dos jovens, aparece como um tema para se debater com amigos, ocupando o segundo lugar para esse grupo, e aparece como pouco interessante para ser discutido com a família e a sociedade. Talvez pelo tabu que ainda significa a discussão desse tema, tornando-se mais confortável de ser discutida entre seus pares e com grande importância na discussão (BRASIL, 2013).

Essa pesquisa apresenta itens importantes que serão avaliados no Programa Violência Sexual Não!, pois diz do interesse dos jovens pela participação política e sua vontade de atuar para uma sociedade melhor.

Além disso, mesmo com a temática da prevenção a violência sexual não aparecendo de forma direta, surge a questão relativa à sexualidade, que nos dá um “gancho” importante, pois discutir prevenção com os jovens é também discutir a vivência da sexualidade saudável e protegida como um direito, como será abordado mais adiante.

3.2.3 Prevenção à Violência Sexual e Participação Juvenil

A violência sexual segundo Bellenzani e Malfitano (2006) é “um fenômeno multidimensional de extrema violação de direitos do ser humano, dentre eles, o direito ao exercício de uma sexualidade saudável” (BELLENZAMI; MALFITANO, 2006, p. 117).

De acordo com Nogueira Neto (2012) a expressão violência sexual, foi cunhada para nomear toda e qualquer forma de violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Essa violação se divide em: a) abuso sexual, que remete à interferência abusiva na sexualidade, com características de imposição, de abuso do poder físico e etário, do poder familiar ou do poder de autoridade; b) exploração sexual, na qual soma-se a esse abuso sexual um caráter comercial, visando lucro, ganho, vantagem e etc.

Discutir prevenção à violência sexual é trazer à tona a discussão sobre a sexualidade de crianças e adolescentes enquanto direito, principalmente no que tange à dignidade humana e à liberdade.

Investir em políticas públicas de prevenção pode diminuir o impacto social, nas áreas da justiça e da saúde, gerados pelo fenômeno da violência sexual, minimizando prejuízos para as crianças, adolescentes e suas famílias (PEISOLI; PICCOLOTO, 2010).

A participação dos adolescentes e jovens nas políticas de prevenção concorre para capacitá-los e possibilita que sejam multiplicadores das informações na defesa de seus direitos sexuais, desenvolvendo o conhecimento acerca do tema. Segundo Peisoli e Piccoloto (2010) se os jovens conhecerem sobre a violência sexual, adquirindo maiores habilidades para lidar com possíveis situações de risco, aumentam as suas chances de evitar o abuso ou mesmo de melhor enfrentar essa situação de violação de direitos.

Vale lembrar que estamos tratando de um fenômeno complexo, multifacetado, que atinge diretamente as relações interpessoais e cujo enfrentamento requer o envolvimento dos

diferentes atores sociais do sistema de garantia de direitos e das diferentes políticas públicas que operam com crianças e adolescentes, não só para o atendimento às vítimas, mas também para atuarem na política de prevenção, dando suporte aos adolescentes (nos casos de ações de protagonismo juvenil), sendo que a população também deve ser convidada a participar.

Nogueira Neto (2012) faz uma ressalva importante:

Ao mesmo tempo que se fala em proteção/defesa de direitos, há que se falar em promoção de direitos: é preciso enfrentar todas as formas de violência sexual, mas precisamos mais que tudo de ações afirmativas em favor da sexualidade saudável de crianças e adolescentes. O melhor mecanismo para a promoção dos direitos à sexualidade saudável e prazerosa de crianças e adolescentes está no desenvolvimento de ações, atividades, projetos, programas e serviços das diversas políticas públicas (NOGUEIRA NETO, 2012, p. 20).

A garantia da participação juvenil em Programas de prevenção à violência sexual, passará então pela compreensão, por parte dos atores da rede quanto às peculiaridades associadas a essa faixa etária e suas construções da subjetividade. É necessário se educar para o respeito às contribuições trazidas pelos adolescentes e jovens e trabalhar formas de acesso aos diferentes serviços da rede, de maneira tal que se sintam acolhidos nas suas ações e na defesa de seus direitos, inclusive aqueles relativos à sexualidade, sem tabus e preconceitos.

3.3 Metodologia

Para a realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, pois esta permite, segundo André e Lüdke (1986), um contato mais direto e prolongado do pesquisador com a situação que será investigada. Nesse sentido, o conhecimento não se reduz a um rol de dados independentes, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito pesquisador é parte integrante do processo de conhecimento e, ao interpretar os fenômenos, ele atribuiu um significado, sendo que “o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 2001, p. 79).

Cenário da pesquisa: O estudo de caso foi feito com o *Programa Violência Sexual Não!*. Teve por objetivo central fortalecer a rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais, em municípios do Alto Jequitinhonha. As atividades do Programa abrangiam diretamente e, em diferentes níveis, adolescentes, jovens, representantes das organizações sociais, comunidade escolar, conselhos de direitos e tutelares

e representantes de Programas e projetos governamentais de 23 municípios. Nas atividades participaram dois jovens de cada município, acompanhados de um educador voluntário, que era um profissional do Sistema de Garantia de Direitos do Município e que tinha como função acompanhar os jovens nas ações de multiplicadores que eles se comprometiam a desenvolver na sua comunidade/município. O Programa foi realizado entre outubro de 2013 e outubro de 2014 e partiu de uma demanda dos próprios municípios³, após um processo de capacitação com o Sistema de Garantia de Direitos realizada no ano de 2011.

3.4 Procedimentos de pesquisa

A investigação abrangeu:

3.4.1 Pesquisa documental

Teve a finalidade de analisar os documentos do Programa Violência Sexual, Não!, bem como aqueles que são referências para essa discussão nas políticas públicas de enfrentamento à violência sexual e políticas para a juventude, como o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual, os relatórios produzidos pelo Programa Violência Sexual Não! e a avaliação final produzida pelo Programa.

Segundo Almeida, Guindani e Sá-Silva (2009, p. 5), nesta pesquisa os “documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras”.

3.4.2 Entrevistas semi-estruturadas

Participaram da entrevista atores sociais de três municípios, que foram escolhidos a partir de uma consulta aos técnicos da Oficina de Imagens, que apontaram um município que teve um

³ Os municípios que participaram da capacitação em 2011, também oferecida pela Oficina de Imagens, foram os mesmos atendidos hoje pelo Violência Sexual Não!, que eram: Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Coluna, Couto Magalhães, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Presidente Kubistchek, Rio Vermelho, São Gonçalo do Rio das Pedras, Santo Antônio do Itambé, Senador Modestino, Serra Azul de Minas, Serro, Turmalina, Veredinha.

bom envolvimento no Programa (Couto Magalhães), um município com grau de envolvimento mediano (Felício dos Santos) e um outro com pouco envolvimento (Serro). A amostragem de municípios, portanto, não foi aleatória.

Para aferição do envolvimento, em todos os casos considerou-se os registros de frequência/presença nas atividades, o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Programa, o desenvolvimento de ações no município e, principalmente, a participação dos jovens.

Foram entrevistados os jovens participantes dos municípios selecionados e o educador (que é profissional do Sistema de Garantia de Direitos) que o acompanhou durante o Programa, além dos técnicos da Oficina de Imagens que compõem a equipe do Programa.

Os adolescentes, educadores e os técnicos foram entrevistados (conforme apêndices A, B e C) por meio de entrevista semi-estruturada, visando aprofundar as questões relativas à sua participação no Programa, às temáticas trabalhadas durante o desenvolvimento, aos espaços de participação no município e ao seu contato com o sistema de garantia de direitos (que congrega os atores responsáveis pela política de prevenção à violência sexual e a relativa ao público adolescente).

As entrevistas foram analisadas através da metodologia de análise de discurso, conforme Fairclough (2001). A partir dessas entrevistas, as informações apresentadas pelos jovens, educadores e técnicos do programa foram categorizadas, sistematizadas e analisadas através de uma leitura crítica proporcionada pela Análise de Discurso baseada na teoria de Fairclough (2001), apontando quais fatores possibilitam ou dificultaram o processo de participação juvenil na experiência do Programa Violência Sexual Não!. De acordo com Melo (2010), a teoria de Fairclough (2001) propõe um “método que compreende a composição do discurso como simultaneamente três dimensões de análise: o texto, a prática discursiva e a prática social” (MELO, 2010, p. 156).

Vale ressaltar que para o desenvolvimento dessa metodologia, conforme documentação anexa, foi autorizada pela Oficina de Imagens a coleta dos dados e o acesso à documentação analisada. Todos os participantes (técnicos, educadores, adolescentes e seu responsável) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foram entregues pessoalmente para assinatura. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro

Universitário UNA e foi registrada na Plataforma Brasil sob o CAAE n. 39386314.8.0000.5098.

3.4.3 Observação

Através de um convite feito pelo próprio Programa, acompanhamos um fim de semana de encontro na cidade de Diamantina. Foi uma oportunidade rica de incrementar a pesquisa, através de um olhar partindo não somente das entrevistas, mas também de uma observação.

Marcone e Lakatos (2010) afirmam que “a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos, não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 174).

Como a observação não estava prevista na metodologia de pesquisa mas se revelou uma oportunidade surgida durante o processo, foi feita uma observação assistemática ou não estruturada, que “consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 175).

Nesse encontro na cidade de Diamantina, as temáticas trabalhadas foram a Participação Juvenil e o Empreendedorismo.

3.5 Análise dos dados

A seguir, serão relatados os dados da pesquisa e sua análise, conforme os objetivos já enunciados. Inicialmente, será abordado o Programa Violência Sexual Não!, seus objetivos e sua organização. Em seguida, serão analisadas as entrevistas.

3.5.1 Programa Violência Sexual Não!

O Programa *Violência Sexual Não!* – *Comunicação, mobilização social e participação juvenil no fortalecimento da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes*, teve início em outubro de 2013, com duração prevista de um ano. Foi

promovido pela Oficina de Imagens em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (CEDCA/MG). O projeto tinha como objetivo principal fortalecer a rede de defesa e proteção de crianças e adolescentes através das estratégias de produção de conteúdo, formação presencial com adolescentes, articulação das redes do sistema de garantia dos direitos e criação de canal de comunicação com 23 municípios do Alto Jequitinhonha.

A indicação dos adolescentes e jovens para participar foi pactuada entre o Programa e a rede local de cada município, sendo dois representantes de cada. Os critérios de seleção partiram de adolescentes que estavam inseridos em programas e projetos desenvolvidos pelos municípios e que fossem lideranças nos grupos aos quais pertenciam, na faixa etária de 14 a 18 anos.

Durante a execução do Programa foram realizados 4 encontros de formação com os adolescentes e educadores dos vinte e três municípios, em 4 cidades diferentes: Serro, Minas Novas, Capelinha e Diamantina.

A metodologia adotada para a condução dos encontros foi baseada no diálogo como os participantes de forma a construir vínculos afetivos e trocas de valores. Os temas trabalhados foram: 1) Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente; 2) Desenvolvimento da sexualidade e Direitos Sexuais; 3) Violência sexual e prevenção e; 4) Participação social e avaliação do projeto.

Em cada um dos encontros, além da discussão temática e dos conteúdos, foram propostos exercícios de comunicação como forma de assimilação dos conhecimentos adquiridos e técnicas de comunicação para mobilização, como por exemplo, *spots radiofônicos*, *fanzine*⁴, plano de mobilização/comunicação e fotografia. Uma outra estratégia com uso das ferramentas de comunicação e mobilização comunitária foi a adoção da metodologia da “TV de Rua”, que compreende a exibição de filmes com temáticas relacionadas aos direitos humanos e direitos sexuais, seguidos de debates, como uma forma de envolver a comunidade dos municípios que sediaram o encontro para a participação e para discussão do tema.

⁴ Os *spots* são peças sonoras pensadas para o veículo do rádio, transmitido uma mensagem ou um anúncio; já o *fanzine* é um tipo de publicação feita geralmente manualmente com recortes e desenhos usados para passar a informação sobre determinado assunto.

A avaliação do Programa, era feita de forma processual, ao final de cada encontro, com todos os participantes. Os participantes eram convidados a preencher uma ficha de avaliação, criada pela Oficina de Imagens, que continha perguntas fechadas e abertas, para poder mensurar de forma quantitativa e qualitativa a atividade desenvolvida.

3.5.2 Participação dos adolescentes e jovens no Programa

Participação é o eixo central de discussão proposto por este trabalho, que visa estudar a participação juvenil em Programas sociais de prevenção à violência sexual, utilizando como estudo de caso o Programa Violência Sexual Não!.

Para a análise, buscaremos nas falas dos sujeitos pesquisados, identificar: 1) a importância dada à participação dos adolescentes e jovens no Programa; 2) a articulação de rede necessária à efetivação da participação; 3) a participação dos jovens nas ações de prevenção à violência sexual a serem desenvolvidas nos municípios.

a) Promoção da participação juvenil

Bordenave (1983) afirma que a participação tem duas bases complementares: a primeira é a *afetiva*, que consiste na participação ligada ao prazer de participar; a segunda é a *instrumental*, que engloba a participação conjunta com outros, buscando atingir um objetivo comum.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, que constitui uma das bases conceituais do programa Violência Sexual Não!, recomenda a “mobilização de crianças e adolescentes para enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual, valorizando os espaços e grupos em que estes se organizem em pares” (2013, p. 40).

Um primeiro consenso entre os entrevistados é que o Programa garantiu espaços para a participação dos adolescentes, inicialmente de forma *afetiva*, como define Bordenave (1983), mas que no decorrer do Programa, passou a estar associada a um desejo de fazer com outros (*instrumental*). No próprio relatório final do Programa, afirma-se que a metodologia adotada na condução dos encontros incentivou o diálogo com os participantes, de forma que pudessem

construir vínculos afetivos e intercambiar valores. A seguinte fala da técnica de Referência do Programa ilustra essa realidade:

Os adolescentes que se comprometeram a ir... então, assim, isso era algo muito positivo, porque a gente via a interação, assim, entre eles... eles interagem com a temática... a forma do envolver, né?, de se comprometer com a temática da participação... então, eu acho que a participação dos adolescentes em todos os encontros foi muito importante (Técnica de Referência da Oficina de Imagens).

A fala de um adolescente apresenta o ponto de vista do participante:

O que eu achei importante foi o fato das pessoas mobilizar os adolescentes e fazer com que eles... com que nós divulgamos para os outros, prá participar do projeto (Adolescente de CM).

Nas diferentes entrevistas fica explícito o quanto estar entre pares, discutindo temas ligados diretamente aos adolescentes e jovens, como é o caso da prevenção à violência, era algo motivador e impulsionador da participação durante as atividades propostas pelo Programa. Pode-se comparar essa participação a que Bordenave (1983) denomina *participação provocada*, na qual um outro (no caso os organizadores do Programa) provocam, convidam os adolescentes e jovens a conhecerem e assumir como deles a causa da prevenção à violência sexual. Os adolescentes e jovens foram então incentivados a serem multiplicadores das informações ali recebidas, pensando ações diretas com seus pares para seus municípios, através da construção e do desenvolvimento de algumas ações no âmbito local.

Os participantes foram convidados a mobilizar outros grupos de adolescentes e jovens em seus municípios, para realizar formações utilizando as temáticas desenvolvidas no decorrer do Projeto. Essas temáticas eram Sexualidade, Estatuto da Criança e do Adolescente e Violência Sexual. Os adolescentes e jovens, com o apoio da equipe do projeto e dos atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), deveriam então elaborar um “Plano de Comunicação e Mobilização Social”, chamado por eles de *plano de ação*, no qual eles desenhariam as estratégias a serem executadas em seus municípios, partindo da realidade e dos recursos disponíveis em cada local.

Por meio das entrevistas podemos perceber, também, que essa participação, em alguns momentos, chegou ao grau denominado por Bordenave (1983) de *elaboração/recomendação*, no qual os participantes elaboram propostas e ou recomendam medidas para os gestores que podem aceitar ou rejeitar. No caso do Programa isso se deu quando os adolescentes e jovens

fizeram sugestões de atividades a serem desenvolvidas, principiando um processo que visa contribuir para a autonomia conforme aludido pela fala a seguir:

Aí, do primeiro encontro, eles mesmos colocaram assim: não... a gente vai fazer isso até o último encontro... e aí acabou que virou prática de todos os encontros (Coordenador do Programa Violência Sexual Não!).

Outra fala do coordenador, também demonstra a acolhida das sugestões dos adolescentes:

Porque a gente tinha separado... um dia era só a discussão teórica, assim, do módulo, e o outro dia era um pouco mais prático... e aí eles pediram que fosse mais, enfim, que o teórico fosse um pouco mais prático... Então a gente acolhia essas sugestões (Coordenador do Programa Violência Sexual Não!).

Corroborada pelo educador:

Eles não ficaram simplesmente observando como se fosse uma palestra... eles foram atores mesmo, **eles promoveram atividades** que possibilitaram que eles fossem veículos dentro dessa proposta que vem sendo tomada (Educador FS- Grifo nosso).

O Programa tinha como meta “contribuir diretamente para a formação de adolescentes e jovens para que fossem mobilizadores, na perspectiva da participação juvenil e no combate a esse problema” (CORRÊA, 2014, p. 1). Percebeu-se um consenso entre os técnicos e os adolescentes e jovens, que entenderam e acolheram a proposta. O que se pode questionar é qual o grau de protagonismo atingido, tanto nos encontros, quanto na efetivação desses jovens como multiplicadores em seus municípios, como será abordado um pouco mais adiante.

Em muitos momentos durante a execução do Programa, os adolescentes e jovens se colocaram na posição de protagonistas, segundo eles próprios relataram. Os participantes criaram conjuntamente – técnicos, adolescentes e jovens – o plano de ação visando ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes nos seus municípios, esboçando propostas reais de intervenção com a população.

Na construção do plano de ação, os jovens assumiram a *participação concedida* a eles pelos responsáveis pelo programa. Esse tipo de participação, de acordo com Bordenave (1983) é aquela através da qual os participantes passam a ser parte, sendo sua influência considerada legítima. Compreende-se essa participação conforme os níveis propostos também pelo autor: nível 1, *formulação*, quando os adolescentes e jovens participaram na construção dos planos; nível 2, *estratégias*, quando participaram ativamente na determinação de objetivos e

estratégias de mobilização; nível 3, *elaboração*, ao atuarem na construção de planos e projetos.

Outro ponto positivo observado é que os adolescentes se sentiam à vontade para compartilhar suas ideias, sem receio de serem julgados, à sua maneira, através do plano e do intercâmbio da sua realidade local com as demais. Compreender o adolescente e respeitar seu desenvolvimento, sem desacreditar no que podem refletir e produzir é incentivar a participação, principalmente quando a proposta é criada para desenvolver junto deles e não somente para eles.

Assim eles não só observam, mas são convidados a interagir e se apropriar da temática, como nos relata a adolescente:

A diferença assim do NUCA⁵ pro de certa forma... pro Violência... aqui no Violência a gente faz um trabalho que a gente pode falar, autonomia, geralmente é mais adolescentes, lá no NUCA geralmente é assim são pessoas mais velhas tem hora que a gente fica com **receio de falar** as coisas de apresentar as coisas com medo da forma com as pessoas, pôr a gente ser mais novo, pensar que a gente tá tentando transmitir uma mensagem errada assim, e aqui no Violência Não a gente **pode expressar**, que a gente sabe que o jeito que a gente tá expressando é uma forma que todo mundo vai entender (Adolescente de CM – Grifo nosso).

As temáticas foram trabalhadas de tal modo que é notável, através das entrevistas e da participação nos encontros, seu aprendizado sobre a temática da violência sexual. Também é nítido que o espaço de aprendizado da participação foi garantido e que tiveram “prazer” em serem participantes do Programa. Mas quando nos referimos a *participação social e política*, estamos aludindo a algo além da *participação afetiva*, na qual os adolescentes poderiam “após essa experimentação” contribuir na própria gestão do Programa, ou caso esse não possibilitasse devido ao pouco tempo pra sua execução (apenas um ano), que fosse melhor “amarrado” com a rede local que continua o atendimento a esse adolescente dentro das suas políticas locais.

Um problema apresentado então é o retorno desses jovens protagonistas para o município. Isto porque, apesar dos jovens e dos educadores, que são representantes da rede, terem

⁵Núcleo de Participação e Desenvolvimento dos Adolescentes (NUCA) é um espaço destinado à reunião de lideranças adolescentes. Cada núcleo deve ser gerenciado pelos próprios adolescentes, que são responsáveis também pela articulação das lideranças e pelo desenvolvimento de diversas atividades vinculadas à capacitação junto aos adolescentes de seus municípios. A implementação do NUCA é um dos quesitos para os municípios serem agraciados com o SELO UNICEF, uma certificação internacional de cumprimento de ações em favor dos direitos de crianças e adolescentes.

participado de ações e intervenções educativas com intuito de preparar os jovens para serem mobilizadores, dentro das políticas públicas desenvolvidas pelos municípios, ainda há poucos espaços propícios à participação de adolescentes e jovens e pouco apoio da rede local, como se pode constatar nesse relato:

Mas aquela atividade envolvendo toda a sociedade pra conseguir mobilizar a comunidade eles não conseguiram **por não ter apoio dos equipamentos**, por exemplo, apoio do CRAS, do Conselho Tutelar, eles até tentaram, mas não conseguiram esse apoio, a escola estadual mesmo eles chegaram até a escola pediram um momento a diretora falou que não era o momento propício (Educador FS - Grifo nosso).

Uma realidade corroborada pela fala do adolescente:

Só que essas coisas lá é bem difícil de sair, não mostra o interesse dos jovens, nem dos profissionais nem tanto também não, **muitas pessoas desistem no meio do caminho** (Adolescente FS – Grifo nosso).

Em um outro município, ouvimos da educadora sobre a falta de oportunidade no âmbito local:

Acho que se eles **tivessem tido oportunidade**, tenho certeza que o trabalho seria bem melhor (Educadora Serro - Grifo nosso).

Além da dificuldade de colocar em prática o plano de ação, vê-se uma dificuldade dos municípios de dialogar com esses adolescentes, permitindo sua contribuição, talvez pelo fato de serem “apenas” adolescentes. Podemos observar como exemplo na fala abaixo:

Não lá ainda **tem uma hierarquia**, porque tudo que a gente pede pra fazer, que a gente vê que vai dá certo **eles nem sempre levam a sério**, tanto é que o 18 de maio esse ano lá em Felício passou batido, ninguém fez nada, só os conselheiros, os gato pingado foram lá na escola falaram um tanto de coisa, passaram em cima de um tanto de coisa, podia ter chamado a gente pra conversar a gente já sabia um pouco né, **e ninguém procurou a gente né, e depois fala que a gente que é preguiçoso que não faz nada não** (Adolescente 2 FS).

Durante o trabalho de campo, a pesquisadora pôde acompanhar um fim de semana de encontro, e observou o quão constante era a reclamação dos adolescentes sobre a falta de oportunidade e de espaços de atuação em muitos dos municípios. Nesse mesmo encontro, ao observar também o grupo de discussão formado apenas pelos educadores para avaliar as atividades desenvolvidas, eles traziam a angústia de não conseguirem no município demonstrar para a rede o quanto aqueles jovens tinham aprendido e poderiam colaborar nas ações.

Outra situação apresentada nas entrevistas se refere à aceitação, pelo município da proposta de criação de um projeto voltado para o protagonismo juvenil mas demonstrando insegurança em desenvolver sozinho essa ação, convocando um terceiro (no caso a Oficina de Imagens) a assumir esse lugar de coordenação, sem talvez envolver nesse processo os próprios adolescentes e educadores que já estavam no Programa.

Aí os municípios ligavam e falavam assim pô Rodrigo não porque a gente tá com uma tarefa aqui de implementar um NUCA que é um núcleo de participação e cidadania dos adolescentes a gente não sabe como faz isso, aí como a gente tá participando do Violência Sexual Não e vocês já trabalham com adolescente **que tal vocês fazerem isso pra gente?**, né então ou seja, isso não é uma coisa bem resolvida nos municípios, os municípios também não sabem como vão dar conta dessa situação da participação dos adolescentes (Coordenador – Grifo nosso).

Mesmo que desde as discussões trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, já se apontasse para o direito à participação juvenil, lidar com o público adolescente/jovem ainda é uma tarefa desafiadora para muitos municípios.

Apenas um dos municípios entrevistados relatou a criação de espaços institucionais para a participação de adolescentes. Porém, ainda era possível observar contradições entre a fala do educador e a do adolescente no que diz respeito ao seu funcionamento. Um desses espaços seria a Rede de Proteção e Monitoramento, criada a partir da participação dos adolescentes e jovens no Programa Violência Sexual Não! Essa rede, segundo o educador responsável, é um espaço de discussão de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Outro espaço é o Núcleo de Participação e Desenvolvimento dos Adolescentes (NUCA), um dos Programas que precisa ser desenvolvido pelos municípios que pretendam ser agraciados pelo título do Selo Unicef. O selo é uma certificação internacional que reconhece os esforços dos municípios no avanço da implementação de ações, programas e políticas públicas em favor da infância e da adolescência.

O educador relata sobre a rede:

Então eles têm acesso, a gente sempre coloca convite na rede social divulga que tem encontro dessa rede pra que eles também levem porque as vezes tem um adolescente ali próximo dele tá passando por algum problema tá necessitando de algum atendimento e por ser difícil pro próprio adolescente falar ou procurar a gente busca a participação dos adolescentes pra que eles também nos indiquem e também participem ativamente na solução do seja qual for lá o problema (Educador CM).

E diz, ainda, sobre o NUCA:

Até hoje a participação dos adolescentes é muito grande graças a Deus. Ainda mais, depois da implantação do NUCA, fortaleceu mais ainda, porque eles viram que é uma coisa importante, legal, eles sentem bem participando, eles se sentem valorizados o que a gente sempre busca na comunidade é tentar valorizá-los para que eles não desmotivem da participação para que eles sejam coadjuvantes diretos nessas ações lá em Couto (Educador CM).

Ele destaca a participação dos adolescentes, como um lugar privilegiado, assim como se pode constatar também na fala da adolescente desse município:

Já na rede é mais complicado ainda porque na rede a gente que é adolescente a gente quais não tem o direito de falar geralmente quando a gente quer falar uma coisa assim vem um e poda o pensamento da gente, fala que a gente ta errado que não sei o que e acaba que cria uma certa barreira assim (Adolescente de CM).

Convidar os adolescentes sem lhes dar a oportunidade de falar e sem acreditar em sua fala, parece-nos um equívoco que não sustenta a participação. Nesse caso, o adolescente acaba no lugar de quem é apenas informado, o que, para Bordenave (1983), já é um primeiro grau de participação, mas que não chega a configurar uma participação política. O lugar da participação do jovem ainda se apresenta como coadjuvante.

A julgar pelas falas dos entrevistados, constata-se que, no NUCA, aparentemente começa a existir participação em um nível de protagonismo, hipótese que encontra respaldo na seguinte fala do educador:

Bom, assim no NUCA geralmente eu mais o agente dirige algumas palestras sobre sexualidade, discutimos quando chega algum problema do município, mas eu sou mais pro ativa no NUCA (Adolescente de CM).

Muitos espaços têm sido criados para serem promotores de participação juvenil. Nos editais e planos governamentais⁶ voltados para o trabalho com crianças, adolescentes e jovens, uma das linhas de ação é o incentivo ao protagonismo infanto juvenil, como é o caso do NUCA. Porém, como efetivar o direito à participação, com os adultos dialogando de fato com a população jovem, ainda é um desafio, Carrano (2012) apresenta essa reflexão:

Pode-se dizer que, de um modo geral, são incipientes os estímulos dados pelo “mundo adulto” para o envolvimento de jovens em processos de participação que poderiam aumentar o capital político orientado para valores

⁶Um exemplo é o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que tem como Eixo de Ação 3 – “Protagonismo e participação de crianças e adolescentes”. O Edital de Apoio a Projetos do Criança e Esperança para 2016, determina que poderão ser apresentados, dentre outros, projetos de empoderamento e protagonismo juvenil, em especial, em projetos liderados e/ou coordenados por jovens do Edital do Fundo Brasil de Direitos humanos, também para apoio as instituições em 2016, com foco na prevenção à violência contra a juventude, afirmando ser o fundamental que os jovens sejam os sujeitos principais no enfrentamento a violência.

democráticos. Ao mesmo tempo, é esse mesmo “mundo adulto” que não se cansa de repetir que os jovens são apáticos, que não se interessam pela política (CARRANO, 2012, p.95).

Pensando em uma política de valorização da juventude ainda recente do Brasil, pode-se considerar já um avanço o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento a esse público, porém é fato que muitos ainda não estão abertos e preparados para nesses programas desenvolver ações que sejam de fato participação juvenil. Quebrar o paradigma de que os adultos, pela sua vivência, sempre sabem mais, e reconhecer a importância de espaços de diálogo, com respeito aos diferentes pontos de vista, para que os adolescentes sintam que sua fala é acolhida (mesmo dita da maneira deles), e onde adultos e adolescentes possam trocar experiências, contemplando a participação social juvenil e o respeito aos diferentes sujeitos jovens, ainda é um desafio.

Observamos que os jovens não foram incluídos no processo de planejamento das ações do Programa. No entanto, ao longo do seu desenvolvimento, houve momentos significativos de escuta, nos quais os jovens foram convidados a se expressar, como por exemplo, nas avaliações que eram feitas ao fim de cada encontro. Nesse momento, eles emitiam suas opiniões e faziam sugestões para os próximos encontros, como se pode constatar nessa fala:

Não, primeiro pela distância não era possível. Mas agora o planejamento geral essas coisas todas assim, não teria como eles participarem, mas o nível de participação vamos dizer assim, o nível de participação deles era a partir dessas sugestões do que vinha acontecendo e que a gente podia mudar no percurso (Coordenador do Programa Violência Sexual Não).

Além disso houve interação entre os jovens, dos jovens com os profissionais da Oficina de Imagens e dos jovens com seus educadores locais. A *participação afetiva*, como explicitamos, aconteceu entre os jovens, e também desses com os adultos, o que pode ser visto como um aspecto positivo em se tratando de um Programa com tempo de duração de apenas um ano e com uma grande diversidade de adolescentes advindos de diferentes municípios.

Também o incentivo dado pelo Programa aos participantes para que se tornem multiplicadores dos conteúdos ali debatidos – como direitos humanos, direitos de crianças e adolescentes, violação dos direitos relativos a sexualidade – provocou os adolescentes a quererem uma *participação instrumental*, conforme o conceito de Bordenave (1983). Isto porque os adolescentes e jovens encontraram, nas experiências dos outros municípios, bem como nas histórias dos seus próprios municípios, na acolhida e nos novos conhecimentos, um incentivo a fazer algo pela sua sociedade, a partir das ideias incluídas nos planos de ação.

Esse processo de capacitação, mobilização e oportunidade dos adolescentes e jovens se verem como sujeitos de direitos, foi um espaço oportunizado de ações que visa uma educação para os direitos humanos, uma educação para a cidadania, importante no processo de formação para a participação social.

Um problema ainda existente é que, embora o jovem possa se assumir como um multiplicador em potencial, querendo exercer uma *participação instrumentalizada*, não encontra espaços de participação ao retornar a seu município. Pelo contrário, muitas vezes, encontra programas que não estão preparados para lidar com o protagonismo juvenil, dificuldades de acesso à rede local e resistências dos adultos para aceitar as proposições e ações reais de defesa de direitos, em especial nesse caso, ações de prevenção a violência sexual.

b) Articulação de Rede

Propondo ações de prevenção à violência sexual, com a participação de adolescentes e jovens, o Programa Violência Sexual Não! define como ações diretas: “Articular organizações que atuam na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes nos municípios” e o “desenvolvimento, com os jovens, de ações diretas de reconhecimento da sua rede local” (CORRÊA, 2014, p. 2).

Maфра (2010) faz uma reflexão sobre a mobilização social, que pode ser traduzida, no caso em análise, para a proposta de jovens multiplicadores, que se torna possível através de “processos de identificação e vinculação intersubjetivos e compartilhados, para os quais é fundamental o estabelecimento e a constituição de redes” (MAFRA, 2010, p. 117). Se se está falando aqui de jovens protagonistas sendo capacitados para serem multiplicadores de ações e informações de proteção contra a violência sexual em seus municípios, é impossível vê-los senão articulados com uma rede de proteção de direitos de crianças e adolescentes.

Compreende-se aqui que essa rede é o Sistema de Garantia de Direitos, que é composto pelas diferentes instituições que trabalham em prol da efetivação dos direitos da criança e do adolescente, abrangendo a promoção dos direitos, sua proteção e defesa, com a participação de instâncias governamentais e não governamentais, públicas e privadas, no sistema executivo e no sistema de justiça, em uma ampla articulação.

Uma das temáticas trabalhadas no programa foi a compreensão do sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes, esclarecendo as atribuições de cada órgão e convidando os participantes a realizar um pequeno diagnóstico sobre a rede no âmbito local. Os adolescentes, acompanhados de seus educadores, visitaram as instituições, fotografaram os espaços e conversaram com os técnicos ou responsáveis, na tentativa de apreender um pouco mais sobre o SGD em suas localidades.

Através de uma consulta nos portais dos municípios pesquisados, verificou-se que todos têm implementado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), além de órgãos da saúde, educação e outros órgãos importantes do SGD.

Sobre as redes locais, os sujeitos estudados relatam que elas são pouco articuladas e ainda fragilizadas no que tange à proteção de crianças e adolescentes:

Então... eu... a gente percebe a rede ainda um pouco **frágil** mesmo **de materiais pedagógicos**, de espaço mesmo de dialogar sobre os casos... que é uma rede que precisa ser fortalecida, se qualificar, **que precisa ser informada, formada, então a gente avalia dessa forma** (Técnica do Programa– Grifo nosso).

Essa realidade também foi constatada através da fala de um educador:

Não só a questão da violência que existe, a gente sabe que a questão da **notificação** é complicada a partir dos conselhos tutelares e de outros órgãos competentes para questão, mas a violência está lá estampada e a gente sabe disso, mas é **o trâmite lá é meio complicado** devido aos argumentos dos aparelhos estarem desarticulados (Educador de FS– Grifo nosso).

Este ponto de vista é corroborado pelo educador do outro município:

Não enxergo que tem essa rede aqui não, você tem os órgãos mas não tem quem esteja diretamente, você não sabe quem você vai a não ser o Conselho (Educadora de Serro).

Uma das questões que podem ser destacadas no que tange a essa fragilidade da rede, tal como se depreende das falas citadas, é a falta de qualificação/formação necessária para um bom funcionamento da rede. Para haver uma vinculação ao outro é necessário que se entenda a atribuição de cada participante, seus objetivos, funções e atribuições. Além do conhecimento da sua própria função. De acordo com Bellenzani e Malfitano (2006), os fluxos de atendimento, o acompanhamento e as estratégias de intervenção devem ser complementares, considerando as multi-causalidades que envolvem a temática da violência sexual. Para tanto, é

necessário que as pessoas que vão atuar nessa rede saibam se localizar dentro da rede, identificando como pode fazer conexões com os outros sujeitos e instituições que compõem o sistema.

Um sucesso apontado pelos entrevistados foi o caso do município de Couto Magalhães que, a partir das reflexões trazidas pelo Programa, entendendo a importância da rede estar articulada para atender, acompanhar e monitorar os casos de violência sexual, criou a rede de proteção e monitoramento:

A gente conseguiu implantar lá a **rede de proteção e monitoramento** que, agora, em grupo da sociedade civil, que trabalha em conjunto pra tentar resolver as situações então assim pra gente tanto pra mim profissionalmente falando e pro meu município foi proveitosos demais, sem palavras (Educador de CM).

A criação da rede foi compreendida pelo coordenador, como um dos pontos positivos do Programa:

Então isso eu achei muito positivo, o técnico que foi lá entendeu seu lugar e provocou a rede a **reativar um fórum de enfrentamento**, é Couto, Couto Magalhães (Coordenador).

No Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2013), que versa sobre a prevenção e atendimento a violência sexual contra criança e adolescente, coloca-se, como ponto chave, a articulação do sistema de garantia de direitos (rede local) e, de maneira mais específica, a participação do sujeitos que são alvo da política. Nesse Plano, há dois indicadores de monitoramento que são “número de crianças e/ou adolescentes atuando em instâncias de articulação” e o “número de instâncias de articulação que fomentam e asseguram a participação de crianças e adolescentes”.

Os adolescentes e educadores entrevistados declaram que, mesmo que o Programa os incentive para fazer ações diretas com a rede, ela ainda lhes é pouco acessível, principalmente no que tange aos lugares de articulação, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa “queixa” fica explícita nas seguintes falas:

Prá falar verdade, eu... até tem, com o CRAS e com conselho, o CMDCA, as reuniões são escondidas, ninguém sabe, eu acho que está só no papel, eles devem reunir lá, decide o que vai fazer e vota e ninguém sabe o que lá acontece (Adolescente 2 FS).

(...) provavelmente se você perguntar pra eles quem é do conselho eles vão saber, do conselho tutelar eles vão saber, mas quem é do conselho municipal eles não sabem, eles não tem contato nenhum (Educadora de Serro).

O que não se sabe é se os adolescentes conhecem de fato o que é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, principalmente por não ser um órgão executor direto da política pública, e sim uma instância responsável pelo acompanhamento dessas políticas. Mesmo sendo um espaço de extrema importância, muitas vezes ainda é pouco conhecido e, portanto, pouco acessível para a população.

Através da escuta dos cidadãos atendidos pelas políticas públicas e de sua participação no atendimento e desenvolvimento de ações, é possível garantir o protagonismo e a mobilização pelos direitos, de forma articulada à rede de proteção. Porém, é preciso reconhecer que, mesmo quando são implementados lugares de participação na rede parece ainda existir uma dificuldade de integrar os adolescentes como sujeitos políticos, incentivando a sua participação nos diferentes espaços do Sistema de Garantia de Direitos.

Se forem, de fato, respeitadas as diretrizes de articulação de rede, autonomia e participação efetiva dos sujeitos, preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude, seria dever da rede de proteção garantir, para jovens e adolescentes, “voz ativa nas discussões, tomadas de decisão e execução de ação, de modo que eles efetivamente compreendam, participem e contribuam em todo o processo” (OLIVEIRA, SANTOS, 2008, p. 120), fazendo parte dessa articulação para o enfrentamento à violência sexual.

c) Prevenção à Violência Sexual

O Programa “Violência Sexual Não!” tem como objetivo formar adolescentes que saibam identificar situações de violência e efetivar denúncias, além de se tornarem mobilizadores, na sua comunidade e entre seus pares, das temáticas trabalhadas, passando a ser agentes multiplicadores das estratégias de proteção e defesa de seus direitos, em especial os direitos sexuais.

Buscando atingir esse objetivo, foram trabalhadas temáticas seguindo uma linha lógica que vai da discussão dos direitos, da compreensão sobre a sexualidade, para depois chegar à questão da violência propriamente dita:

Então, primeiro eu trabalho o Estatuto, **direitos humanos**, e o **ECA**, e a declaração dos direitos humanos e a constituição, depois a gente começa a

trabalhar que eu também tenho direito à minha **sexualidade** saudável e protegida (Técnica do Programa Violência Sexual Não! – Grifo nosso).

Essa linha lógica vai permitindo que os jovens entendam a violência em seu contexto amplo, de violação de direitos sexuais e humanos, e como uma interferência grave na fase da sexualidade vivenciada pelas crianças e adolescentes violando seu direito básico de desenvolvimento físico e psicológico saudável.

A partir do entendimento desse contexto, os jovens foram chamados a serem multiplicadores e se tornarem defensores de seus direitos, nesse caso especificamente com foco na prevenção à violência sexual. Para isso é importante que eles sejam formados nessa visão mais ampla: que entendam de fato em que consiste essa violação; os direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal; compreendendo a fase de desenvolvimento da sexualidade que eles estão vivenciando. Falar de prevenção à violência sexual para adolescentes e jovens, que são alvos diretos dessa violação, é dizer, escutar e discutir, quebrando os tabus que ainda estão associados a esse tema. Um dos tabus é a própria discussão da sexualidade, que é parte da construção de identidade dos sujeitos e mesmo com o maior acesso à informação, ainda se encontram resistências em trabalhar com a temática.

No Violência Sexual Não!, a técnica de referência do programa relata a importância de se ter trabalhado com a temática:

A partir daí a gente vai **desmistificar** assim a sua sexualidade tirando tabus e preconceitos, com uma linguagem bem aberta sem medo né, a gente fala assim sem medo de ser feliz no sentido da própria palavra mesmo, porque eles têm esse tabu ainda que ainda é um tabu (Técnica do Programa).

Participantes também relatam o seguinte:

Eu achei bem importante mesmo o ponto que mais destacou é a questão de tirar as dúvidas e até mesmo a relação da gente com os pais muitas vezes a gente não tem aquele tipo de conversa aberta a gente não tem coragem de perguntar sobre sexualidade e lá deu pra esclarecer bastante (Adolescente de Serro).

Assim por a gente ser adolescente tá entrando numa fase assim muito já até passaram e outros estão entrando acho que discutir sexualidade com jovens e adolescentes e assim uma maneira de tentar evitar muito dos abusos, muito das explorações por que? Porque o adolescente tendo o conhecimento do que é certo do que errado até o limite que eles podem ir com o direito deles e que não pode e saber uma diferença de um toque afetivo e um toque de malícia acho que ele passa a ter mais argumento pra não isso não pode acontecer (Adolescente de Couto Magalhães).

Verifica-se, portanto, que temática da prevenção à violência sexual é considerada de grande relevância, mas de difícil abordagem, principalmente no que se refere ao diálogo com crianças e adolescentes – vítimas mais frágeis desse tipo de violência – pelo tabu, como já foi dito, que a sexualidade ainda constitui no Brasil.

A partir dessa pesquisa podemos dizer que houve o incremento de novos conhecimentos dos adolescentes sobre o desenvolvimento do seu corpo, de sua sexualidade, de seus direitos.

Além disso como será visto nos trechos das entrevistas abaixo, foi possível aos jovens compreenderem as formas de manifestação da violência, acentuando seu olhar de proteção aos seus próprios direitos e sendo chamados a agir na prevenção a possíveis violações:

Eles fizeram teatros de simulações da violência sexual, da violência contra crianças e adolescentes filmaram isso, ou seja, trabalharam mesmo pois nesse momento que eles estão criando é um próprio documento deles eu acho que isso foi importante, eles começaram ali a **perceber que eles poderiam agir** e ao mesmo tempo conhecer quais são as atrocidades envolvendo essas questões (Educador de Felício dos Santos).

Essa realidade é corroborada pelo adolescente participante do projeto:

Bom as que me chamaram mais atenção assim foram as das fotos, que foram as expressões que de certa forma eu vi assim, as vezes acontecia e não me tocava, pra mim tanto faz tanto fez não era comigo, aí depois que eu passei por cenas que os meninos fizeram comigo assim deu aquele choque de realidade assim cara **isso acontece** (Adolescente de Couto Magalhães).

E pelo coordenador no programa:

A gente tava falando de um projeto de violência sexual eles **tinham que saber** que tamanho da violência é essa que acontecia no município pra enfrentar senão não fazia sentido (coordenador do Programa).

Nesse caso, pode-se dizer que os jovens foram provocados a partir desses sentimentos a serem protagonistas. Através das entrevistas foi possível perceber que havia sentido para eles estarem ali e serem chamados a participar dessa rede de enfrentamento à violência sexual. Esse sentimento de injustiça e a vontade de construção de algo diferente fez parte da construção dessa identidade psicossocial daqueles jovens.

Vale lembrar que o objetivo do Programa era formar adolescentes e jovens na temática da violência sexual, estimulando-os a tornar-se mobilizadores, garantindo a participação social. E a partir dessa formação fortalecer a rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios participantes.

Pelos elementos analisados acima, podemos dizer que os adolescentes e jovens foram inseridos na discussão sobre a violência sexual. Conheceram vários aspectos sobre o fenômeno e foram convidados, através de uma atividade de reconhecimento do território⁷ a conhecer o sistema de garantia de direitos em seu município. Além disso encontraram no Programa espaços de formação para os direitos humanos e para discutir sobre sexualidade, desmistificando o tabu de conversar sobre essa questão, contribuindo para a auto defesa e para o desejo de defender seus pares.

Entretanto, tornar esse adolescente mobilizador, garantindo sua atuação junto ao SGD na prevenção a violência sexual, ainda é um desafio. Trata-se de saber se a rede local está preparada para receber esses adolescentes e jovens, escutá-los e inseri-los nas ações, atividades e programas voltados ao enfrentamento da violência, garantindo que eles possam fazer parte de fato da rede de defesa de direitos.

3.6 Considerações Finais

Como foi apresentado no início desse capítulo, verifica-se hoje, graças à existência de políticas públicas e legislação específica sobre os direitos de cidadania, um contexto sociopolítico favorável à inclusão da juventude na discussão de temas relevantes para a essa faixa etária, inclusive o tema da prevenção à violência sexual.

Assim como na gestão social, trazer todos os sujeitos envolvidos para as discussões das temáticas, tornando-os protagonistas de uma sociedade melhor é considerado uma boa metodologia para se conceber e gerir os programas sociais, potencializando o desenvolvimento local.

Os jovens ao exercer a participação juvenil, podem colaborar na definição de caminhos reais para o desenvolvimento de programas que sejam de fato atrativos a esse público, no caso da violência sexual podendo não somente atender a demanda de prevenção, mas contribuir com

⁷Os adolescentes, jovens e atores do SGD, participantes do Programa, tiveram como tarefa a construção de um mapa com a localização de cada um dos equipamentos de defesa e proteção dos direitos da infância e adolescência disponíveis em suas localidades. Depois, já em seus municípios, a tarefa consistia em visitar tais equipamentos e realizar um levantamento das notificações de casos de violência e exploração sexual e, para além da notificação, por quais vias esses casos chegaram, como são encaminhados e se o município tem um plano de enfrentamento à violência sexual elaborado.

as ações locais de enfrentamento a essa violência e, conseqüentemente, sendo incentivadores da participação, de uma gestão não somente pública, mas social com foco no desenvolvimento local.

Nesse contexto, cabe ressaltar que Gestão Social é aquela gestão que possui um gerenciamento participativo, predominando o diálogo, com tomadas de decisões feitas pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos (TENORIO, 1998). De acordo com Maia (2005), o que unifica a visão dos diferentes autores estudiosos da Gestão Social é a concordância de que democracia e cidadania são conceitos fundamentais da gestão social. Esses conceitos também estão no cerne nas discussões sobre o desenvolvimento local, para as quais o diálogo e a participação devem estar acompanhados da autonomia e protagonismo dos sujeitos envolvidos na defesa de bens (não somente econômicos, mas sociais) para sua comunidade. Como destaca Dowbor (2008), quando falamos de desenvolvimento local, não estamos falando só de transformação econômica, mas também social das comunidades.

A violência sexual é um fenômeno grave e o desenvolvimento de políticas de prevenção e abordagem do problema é essencial. Há poucos dados estatísticos atualizados sobre essa violência, principalmente dos lugares onde o Programa Violência Sexual Não!, atuou, mas é sabido que a vulnerabilidade econômica e social presente nos municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e a extensa malha rodoviária que o corta, os torna vulneráveis à violência sexual.

Sendo assim o Programa, ao ser desenvolvido nessa região com adolescentes e jovens e atores do SGD, trouxe um potencial de intervenção sobre esse fenômeno, capacitando esses sujeitos de maneira que eles possam estar mais atentos ao fenômeno, como fator de auto proteção e que sejam também canais de denúncia, podendo gerar uma diminuição do impacto social da violência, trazendo então no que tange ao social, um desenvolvimento local.

Através da pesquisa percebemos que o Programa foi promotor de formação e informação para os jovens, uma formação que mesmo sendo pontual, provocou nos jovens o interesse em conhecer não somente o fenômeno da violência sexual, mas o conhecimento sobre os seus direitos. O impacto social do programa talvez tenha sido limitado, pois os participantes encontraram, no retorno aos seus municípios, a dificuldade de serem mobilizadores, de desenvolverem ações de prevenção à violência junto à sociedade e ao próprio SGD.

A não garantia da participação social dos jovens em ações do município, no que tange à política de prevenção à violência sexual, não condiz com a possibilidade de desenvolvimento local enquanto promotora de direitos, e nem em um modelo pautado na gestão social, que deve garantir a participação dos sujeitos em todas as fases de desenvolvimento dos trabalhos sociais.

O grande desafio posto para o Programa seria transformar e potencializar esses aspectos para que se tornassem, em uma visão de gestão social, práticas promotoras da participação política aliada ao desenvolvimento local. Assim, o fator participação é relevante de ser destacado, visto ser o objeto direto da pesquisa e o elo principal da gestão social, desenvolvimento local e o Programa estudado. Se considerarmos que a participação deve ser oportunizada aos jovens em espaços de Educação para a Cidadania, podemos dizer que o Programa garantiu a participação, e isso é essencial para a garantia de espaços de prevenção à violência.

Por outro lado, a aposta no desenvolvimento de atividades locais, com vista à prevenção à violência sexual, garantindo o direito a uma participação juvenil, se não contar com a “retaguarda” das políticas públicas locais, de maneira que a capacitação oferecida possa ser multiplicada localmente, oferecendo suporte à participação política e ao exercício da cidadania dos jovens, torna-se um complicador na efetivação desse direito.

Referências

- AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Jogos para pensar: Educação em Direitos Humanos e Formação para a Cidadania**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013.
- ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 p.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigo.pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- BELLENZANI, Renata; MALFITANO, Ana Paula. Juventude, Vulnerabilidade Social e Exploração Sexual: um olhar a partir da articulação entre Saúde e Direitos Humanos. **Saúde e Sociedade**. v. 15, n. 3, p. 115-130, set-dez, 2006.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.
- BRASIL, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). **Pesquisa Agenda Juventude Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1981/1981.pdf>>. Acesso em 17 de jan. 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 10/01/2016.
- BRASIL. Lei nº 12,852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**- Ano XV, n 27, PUC Rio, Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: < http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf>. Acesso em 17 de jan. 2016.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CASTRO, Lucia Rabello. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=32&layout=html>> Acesso em: 17/01/2016.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CNEVSCA; CONANDA; PNEVSCA. **Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2013.

CORRÊIA, Rodrigo. **Programa Violência Sexual Não**, Belo Horizonte: 2014. Resumo Executivo.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Mediação**, v. 11, n. 10, Belo Horizonte, jan./jun. de 2010. Disponível em <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/310>> acesso em 06/12/2015.

MAIA, Marilene. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Textos e Contextos**, n 4, ano IV, dez. 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2010.

MELO, Iran Ferreira de. Teoria multifuncional do discurso em Halliday e Fairclough. **Revista Prolíngua**, v. 5, ano 2, jul/dez 2010.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RENA, Luiz Carlos Castello Branco; SOUZA, Maria do Carmo. Os sentidos atribuídos por adolescentes e jovens em contextos institucionais no Barreiro (BH) e Betim (MG) para a participação social e política. **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho/2013.

OLIVEIRA, Rodrigo Francisco Corrêa de; SANTOS, Geovânia Lúcia. Juventude, Democracia e Participação Social Desafios e prioridades para o protagonismo. In UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Enfrentamento á Violência Sexual Infanto-juvenil: Expansão do Pair em Minas Gerais**. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2008.

PELISOLI, Cátula; PICCOLOTO, Luciane Benvegna. Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. v.6 n.1 Rio de Janeiro, jun. 2010.

TENÓRIO, Fernando C. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **RAP**. Rio de Janeiro. v. 32, p.7-23, 1998.

UGARTE, Pedro Salazar. Que participação para qual democracia?. In COELHO, Vera Schattan P. e NOBRE, Marcos (orgs). **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiência institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

4 RODAS DE CONVERSA: ADOLESCÊNCIA, SEXUALIDADE E DIREITOS SEXUAIS

Resumo: O presente capítulo apresenta um produto técnico fundamentado pedagogicamente no modelo de Rodas de Conversas. Esta metodologia pretende contribuir na construção de conhecimentos e troca de informações sobre a temática da sexualidade, com viés na proteção dos direitos sexuais de adolescentes. As Rodas de Conversa, procuram incentivar uma postura reflexiva por parte de educadores e técnicos que trabalham com adolescentes, estimulando-os a questionar sobre sua atuação, esse tabu que é a discussão sobre sexualidade e como pensar ações de prevenção com viés na participação juvenil. Além de trazer a metodologia da roda de conversa, o capítulo apresenta um conteúdo acerca do que seria essa metodologia participativa e como ela pode ser aplicada.

Palavras-chave: Metodologia Participativa, Rodas de Conversa, Sexualidade, Direitos Sexuais e Desenvolvimento Local

4.1 Introdução

O presente capítulo busca apresentar uma alternativa para a construção de um conhecimento sobre sexualidade, direitos sexuais e prevenção à violência sexual, tendo como foco educadores de programas que trabalham diretamente com adolescentes e profissionais do sistema de garantia de direitos (SGD), com vistas a garantia de espaços de formação para a cidadania e a participação juvenil.

Essa proposta surge a partir das percepções identificadas na pesquisa que teve como foco a participação juvenil em programas de prevenção à violência sexual, que utilizou como estudo de caso o Programa Violência Sexual Não!, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens.

Percebeu-se a dificuldade que o Sistema de Garantia de Direitos, tem de desenvolver atividades de enfrentamento à violência sexual, trazendo os jovens para o desenvolvimento de ações protagônicas de garantia de direitos. Essa constatação está associada a uma dificuldade por atores – pessoas e instituições – do Sistema de Garantia de Direitos, de garantir a participação juvenil assegurada pela Constituição Federal (CF88), Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude. Essa participação juvenil não é mera formalidade, mas um componente fundamental para a estruturação de ações que sejam de fato preventivas no que se refere à violação dos direitos sexuais, com o público vítima desse tipo de violência.

Diante desse quadro, este produto técnico⁸ consiste na sistematização de uma metodologia de rodas de conversa, que poderá ser utilizada por educadores e profissionais do SGD para, de forma participativa e lúdica, discutir sobre o desenvolvimento de atividades com adolescentes, com foco na participação juvenil e na prevenção à violação dos direitos sexuais, despertando um novo olhar sobre a adolescência e sexualidade.

Espera-se que, através das rodas de conversa, os educadores possam refletir sobre suas práticas com adolescentes, compreendendo sobre o direito à participação, os direitos sexuais e reprodutivos, despertando para um olhar sobre o adolescente como sujeito de direitos.

4.2 O que são Rodas de Conversa

Aqui faremos uma breve descrição da metodologia Roda de Conversa (RC), tendo como referência o livro “Para reinventar as Rodas: Rodas de Conversa em Direitos Humanos”, das autoras Lúcia Afonso e Flávia Lemos Abade. De acordo com as autoras a Roda de Conversa é uma metodologia participativa que incentiva a reflexão. Tem como ponto chave “o diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra, bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo” (AFONSO; ABADE, 2008, p.19). Trata-se de uma metodologia de intervenção pontual. Sendo assim, em apenas um encontro de poucas horas já se poder usar esse método.

Nas RC existem momentos importantes d serem desenvolvidos. O primeiro se refere à sensibilização dos participantes. É o momento inicial, no qual é feita a acolhida preparação das pessoas, sensibilizando-as para a temática que será discutida: “Significa, buscar concentrar a atenção, evocar sentimentos e memórias que tenham a ver com esta questão” (AFONSO; ABADE, 2008, p.26).

Para que as pessoas de fato confiem na metodologia proposta e se sintam à vontade para partilhar seus conhecimentos e refletir em busca de novos, esse primeiro momento é essencial e fundamental. É necessário então uma boa acolhida, transmitindo desde já um respeito aos participantes e uma adequada sensibilização, ajudando nessa abertura dos participantes ao diálogo proposto.

⁸ Trata-se de um produto técnico que integra a dissertação no mestrado profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA.

No segundo momento partilha-se o que os participantes já conhecem ou pensam sobre a questão, incluindo sensações provocadas, sentimentos relacionados, impressões gerais, etc. Esse momento é provocado por atividades, propostas pelos facilitadores. Nele temos a comunicação do grupo: “Os participantes podem ouvir a si mesmos, escutar os outros e trocar entre si. Podem iniciar esse processo que chamamos, ainda há pouco, de abrir-se para si mesmo e para o outro” (AFONSO; ABADE, 2008, p.26). Nesse momento o respeito aos sentimentos e práticas a serem compartilhadas é essencial.

Em um terceiro momento temos a reflexão e a discussão: é hora de oportunizar aos participantes dar novos sentidos a suas experiências e estimular que os facilitadores tragam novas informações para serem trocadas com o grupo, ampliando o leque de possibilidades de leitura da realidade. É o momento chave da troca de informação e da garantia da participação. Nessa ocasião através da condução do facilitador já se pode ir construindo novos olhares sobre a temática proposta, através daquilo que advém do grupo.

É importante frisar que as RC são uma metodologia participativa e, pela participação o homem exprime sua tendência de fazer coisas, interage com as demais pessoas, desenvolve o pensamento reflexivo, cria e recria, valorizando a si mesmo (BORDENAVE, 1983).

Didaticamente, Afonso e Abade (2008), assim nomeiam esses três momentos da Roda de Conversa: preparar, trabalhar e avaliar. A *preparação* é a acolhida dos participantes e o momento de sensibilizar para o tema a ser trabalhado. O *trabalhar* é trazer para discussão o tema, compartilhando o que o grupo pensa, os novos conhecimentos, estimulando a reflexão. Por último, avaliar é o momento de “fechar” o trabalho do grupo, sistematizando a produção.

É importante ir para a RC com o planejamento feito, mas é necessário ter um bom manejo caso seja necessário mudar. O movimento do grupo pode pedir novas dinâmicas ou que não se faça exatamente o que foi planejado ou da maneira como foi planejado: o importante é não perder o foco da discussão e estar preparado sobre a temática a ser discutida.

Para o facilitador da realização da RC, é importante conhecer sobre o grupo e sobre o tema a ser discutido e, a partir desse conhecimento eleger, um tema-gerador, com o devido cuidado para não transformar a RC em uma atividade docente: “Não é para dar uma aula e sim para sermos capazes de uma escuta melhor e intervenções mais produtivas” (AFONSO; ABADE, 2008, p.28).

O tema-gerador, de acordo Afonso e Abade (2008), é aquele que articula a demanda do grupo e as temáticas propostas. Dutra (2015), citando Afonso (2006), diz que aos temas geradores serão aqueles mobilizadores do grupo, porque irão se relacionar com a experiência, o conhecimento, a necessidade, sentimentos e conflitos do indivíduo e do grupo e acentuando o desejo de participação.

Como destaca Dutra (2014), a formação do facilitador não precisa ser específica deste ou daquele campo das ciências humanas, “pois a RC é um instrumento interdisciplinar, mas é importante que ele busque capacitar-se para essa atuação” (DUTRA, 2014, p. 92). Não é por ser uma metodologia participativa que o condutor do grupo pode escutar e aprender apenas no momento da RC; ele precisa se preparar quanto ao tema, além de pesquisar sobre o grupo e/ou sobre a instituição. Um bom facilitador traz também conhecimentos para o grupo. É preciso então que ele se capacite sobre o tema a ser trabalhado e esteja preparado para mediar o grupo (e para isso tem que conhecê-lo), promovendo espaços de trocas de experiências e aprendizado.

As RC buscam uma reflexão, envolvendo seus participantes, sensibilizando e motivando o grupo a pensar. Diferente de uma palestra ou aula busca-se um espaço no qual os participantes podem falar do cotidiano, tanto na esfera da vida privada como da pública. É então um ambiente de discussão e construção de saberes e práticas (AFONSO; ABADE, 2008).

Essa construção tende a causar mudanças, primeiro diretamente nos participantes e depois naqueles que estão a sua volta, podendo gerar modificações locais. Para Dowbor (2008) a capacidade de transformação social das comunidades tende ao desenvolvimento local, desenvolvimento este pautado na participação.

4.3 Propostas de Rodas de Conversa

Seguindo a metodologia proposta, esta seção apresenta uma sugestão de quatro Rodas de Conversa que complementarmente trabalharão uma proposta de intervenção junto com os educadores ou outros atores do SGD, sobre participação juvenil na prevenção à violência sexual.

Como as RC são momentos de intervenção pontual, caso o grupo não tenha a disponibilidade para receber quatro encontros, ele pode escolher qual ou quais, naquele momento, mais se

enquadram em sua demanda e aplicar a proposta de acordo com o tempo disponível para essa formação. Para essas RC um público ideal é de no máximo 25 participantes, para garantir a participação e escuta de todos e o aproveitamento das dinâmicas propostas.

Trabalharemos com quatro temas geradores: Ser adolescente, Sexualidade, Sexualidade e Direitos Sexuais e Participação Juvenil nos Programas de Prevenção à Violência Sexual.

4.3.1 Roda de Conversa: Ser Adolescente

Esta RC tem o objetivo de discutir sobre a adolescência, quem é o adolescente de hoje e como trabalhar com esse sujeito de maneira a garantir seus direitos.

QUADRO 01 – Ficha técnica para a roda de conversa Ser Adolescente

PARÂMETROS	
Local/Instituição:	Instituições ou pessoas do SGD
Data:	
Horário:	
Coordenador (a):	
No. Pessoas:	25
Usuários:	Operadores do SGD
Atividade/Tema gerador:	Ser Adolescente
Outras observações:	

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

4.3.2 Roda de Conversa: Sexualidade

Nessa RC a ideia é discutir sobre sexualidade, desmitificando a sexualidade como um “tabu” e entendendo as fases de seu desenvolvimento.

QUADRO 03 – Ficha técnica para a roda de conversa Sexualidade

PARÂMETROS	
Local/Instituição:	Instituições ou pessoas do SGD
Data:	
Horário:	
Coordenador (a):	
No. Pessoas:	25
Usuários:	Operadores do SGD
Atividade/Tema gerador:	Sexualidade
Outras observações:	

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

QUADRO 04 – Roda de Conversa Sexualidade

	Objetivos da Aprendizagem	Objetivos do Grupo	Técnica ou atividade (lúdica, interativa, reflexiva, operativa)	Tempo estimado	Materiais Necessários
PREPARAR / SENSIBILIZAR	Sensibilização para a RC.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a interação de forma afetiva; - Favorecer o clima de trabalho no grupo; - Conhecer um pouco sobre cada participante. 	<p>Acolhimento com um gesto de carinho: Pedir que as pessoas se cumprimentem com um aperto de mão ou um abraço e desejem boas-vindas aos colegas.</p> <p>Explicação sobre o tema proposto para a RC.</p> <p>Dinâmica de Apresentação: Cada participante dirá seu nome e dirá qual sua expectativa para a RC.</p> <p>Dinâmica Chuva de Ideias: o facilitador escreve no quadro as palavras sexo, sexualidade e afetividade, pede para os participantes irem definindo cada um deles e vai registrando os conceitos embaixo de cada palavra.</p> <p>O facilitador propõe um pequeno debate.</p>	<p>10'</p> <p>15'</p>	Quadro para registro e pincel.
TRABALHAR / PROBLEMATIZAR	Promover uma discussão sobre sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os diferentes pontos de vista no grupo; - Favorecer o diálogo; - Favorecer uma percepção crítica; - Promover a interação. 	<p>Atividade – Vamos falar sobre sexualidade?</p> <p>O facilitador suscita a seguinte questão para o grupo: Quando você era adolescente você falava de sexualidade?</p> <p>Com quem você conversava algo relativo a sexualidade?</p> <p>O facilitador pede para as pessoas pensarem e fazerem um registro das suas lembranças por escrito.</p> <p>Dividir o grupo em subgrupos, para eles partilharem as lembranças. Depois, ainda em grupo, pedir que eles respondam a seguinte questão: Como hoje os adultos podem conversar com os adolescentes sobre sexualidade?</p> <p>Socialização das reflexões com o grupo completo.</p> <p>Questão orientadora: Como na minha prática na instituição posso trabalhar questões da sexualidade e afetividade?</p>		Folhas em branco para registro e canetas.

AVALIAR / SISTEMATIZAR	Destacar os principais assuntos debatidos, trazendo os tabus e a importância de discutir sexualidade com os adolescentes. Avaliar o encontro de maneira sintética.	- Sintetizar as reflexões trazidas e finalizar o encontro.	Destaque do facilitador dos assuntos surgidos, sintetizando a discussão. Solicitação que cada participante diga em uma palavra o que fica para ele aquele momento.		
-------------------------------	---	--	---	--	--

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

4.3.3 Roda de Conversa: Sexualidade e Direitos Sexuais

Nessa RC será trabalhado o tema “sexualidade”, compreendida enquanto direito sexual a ser vivenciado pelos adolescentes de maneira saudável e protegida. O objetivo principal é trazer a importância da discussão para a prevenção à violação desses direitos e conhecer o que são esses direitos.

QUADRO 05 – Ficha técnica para a roda Direitos sexuais

PARÂMETROS	
Local/Instituição:	Instituições ou pessoas do SGD
Data:	
Horário:	
Coordenador (a):	
No. Pessoas:	25
Usuários:	Operadores do SGD
Atividade/Tema gerador:	Sexualidade e Direitos sexuais
Outras observações:	

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

QUADRO 06 – Roda de Conversa Sexualidade e Direitos Sexuais

	Objetivos da Aprendizagem	Objetivos do Grupo	Técnica ou atividade (lúdica, interativa, reflexiva, operativa)	Tempo estimado	Materiais Necessários
PREPARAR / SENSIBILIZAR	Promover a interação e o clima de trabalho no grupo. Iniciar a reflexão a respeito da sexualidade.	- Promover a interação e o clima de trabalho no grupo. Conhecer um pouco sobre cada participante de forma descontraída.	Dinâmica de apresentação: Cada participante diz seu nome e faz um gesto ou movimento o corpo que deverá ser imitado por todos. Dinâmica: Carinho no bicho de Pelúcia- Solicitar que cada participante expresse uma forma de carinho com bicho. Depois cada um fala um pouco do seu sentimento. O facilitador promove uma primeira discussão correlacionando sentimentos, sexualidade, direitos humanos, introduzindo a visão da sexualidade enquanto um direito humano.	5` 10`	Bicho de Pelúcia
TRABALHAR / PROBLEMATIZAR	Conhecer os direitos sexuais e ver sua relação com a adolescência.	- Conhecer os diferentes pontos de vista no grupo; - Favorecer o diálogo; - Favorecer uma percepção crítica; - Promover a interação.	Cada participante recebe uma tarjeta enunciando um direito sexual. Faz a leitura e o coloca no quadro do sim ou não. Quadro de SIM e Não: Escrever as palavras sim e não e pedir que os participantes apresentem abaixo do SIM os direitos que estamos, enquanto sociedade, garantindo e abaixo do NÃO os que estamos violando. Divisão do grupo em duplas. As duplas escolhem um direito e devem responder: Esse direito cabe quando estamos falando de adolescente? Apresentação dos subgrupos para discussão com o grupo. Questão orientadora: Como garantir na nossa prática que esses direitos humanos sejam garantidos.	10`	Tarjetas com os direitos sexuais. Tarjetas com SIM e NÃO.
AVALIAR / SISTEMATIZAR	Sistematizar o que são os direitos sexuais e reprodutivos e destacar a relação desse com os adolescentes. Avaliar a RC junto aos participantes.	- Sintetizar as reflexões trazidas e finalizar o encontro.	Exposição do facilitador dos pontos principais debatidos, resgatando quais são os direitos sexuais. Avaliar de maneira livre, junto com os participantes, o que acharam desse dia de formação.		

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

4.3.4 Roda de Conversa: Participação Juvenil

O objetivo dessa RC é promover a compreensão da participação social de adolescentes e jovens como direito, sensibilizando sobre a importância dessa participação nos programas sociais.

QUADRO 07 – Ficha técnica para a roda de conversa Participação Juvenil

PARÂMETROS	
Local/Instituição:	Instituições ou pessoas do SGD
Data:	
Horário:	
Coordenador (a):	
No. Pessoas:	25
Usuários:	Operadores do SGD
Atividade/Tema gerador:	Participação Juvenil
Outras observações:	

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

QUADRO 08 – Roda de Conversa Participação Juvenil

	Objetivos da Aprendizagem	Objetivos do Grupo	Técnica ou atividade (lúdica, interativa, reflexiva, operativa)	Tempo estimado	Materiais Necessários
PREPARAR / SENSIBILIZAR	Sensibilizar os participantes sobre o tema a ser trabalhado. Identificar como os adolescentes e jovens são vistos pelos participantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a interação e o clima de trabalho no grupo; - Conhecer um pouco sobre cada participante. 	<p>Dinâmica de apresentação: Cada um diz seu nome e uma característica que ele tinha quando jovem, que inicie com a primeira letra de seu nome.</p> <p>Desenhando o adolescente: O facilitador leva o desenho feito em papel Kraft de um corpo humano. Dentro do corpo os participantes irão colar, desenhar e ou escrever, uma característica que combina com adolescentes e jovens.</p> <p>Em seguida, abre-se a roda para a discussão.</p>	10' 15'	
TRABALHAR / PROBLEMATIZAR	Mobilização dos participantes para que eles reflitam sobre a participação juvenil nos programas desenvolvidos por sua instituição ou pelo SGD.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os diferentes pontos de vista no grupo; - Favorecer o diálogo; - Favorecer uma percepção crítica; - Promover a interação. 	<p>Caixa surpresa para chuva de ideias: Dentro de uma caixa ou um saco o facilitador coloca a metade de papezinhos com a palavra DIFICULTAR e a outra metade com a palavra FACILITAR. As pessoas que tirarem palavra FACILITAR vão dizer em uma palavra como FACILITAR o protagonismo juvenil e quem tirar a palavra DIFICULTAR dirá o que dificulta ações de protagonismo juvenil. As palavras ditas pelos participantes não podem se repetir.</p> <p>O facilitador vai registrando as palavras e abre para discussão.</p> <p>Solicitar que os participantes, em trio, reflitam como enfrentar os desafios e criar formas de apoio aos adolescentes. Trazer a discussão para o grupo.</p> <p>Questão orientadora: como tem se dado a participação de adolescentes e jovens em ações da rede e dentro das instituições. Como garantir o Protagonismo Juvenil?</p>	15'	Caixa Papezinhos escritos DIFICULTAR e FACILITAR.
AVALIAR / SISTEMATIZAR	Sistematizar as discussões feitas e avaliar o encontro.	<ul style="list-style-type: none"> - Finalizar a tarde com uma vivência relativa à discussão; - Sintetizar as reflexões trazidas e finalizar o encontro. 	<p>Dinâmica do Intruso: Escolher dois ou três participantes que serão os intrusos. Pedir ao restante do grupo que faça uma roda e explique que eles não podem deixar os intrusos entrarem dentro da roda. Aos intrusos se dá o comando que eles entrem dentro roda. Iniciada a dinâmica, encerra-se caso os intrusos consigam entrar ou passados três minutos após o início, caso os intrusos não tenham sucesso.</p> <p>Na sequência, ao fim da dinâmica pedir que a roda seja refeita com os intrusos e propor um abraço coletivo.</p> <p>Dizer em uma palavra o que fica da dinâmica e do dia da RC.</p>	10' 5'	

Fonte: Elaboração própria com base no modelo oferecido em AFONSO; ABADE, 2008, p. 43 e em AFONSO; ABADE, s/d, disponível em www.recimam.org/downloads.

4.4 Considerações finais

O presente trabalho trouxe uma metodologia didático-pedagógica denominada Rodas de Conversa. Trata-se de uma metodologia que pode contribuir para o despertar dos educadores de uma nova possibilidade de ver o adolescente e de discutir a sexualidade, de maneira a destacar a importância da participação dos adolescentes na discussão dos seus direitos, nesse caso, relativos à sexualidade.

Durante as RC os educadores são incitados a refletir sobre sua atuação enquanto educadores e atuantes no SGD, pensando em novas práticas que poderiam ser adotadas para a garantia da participação social de adolescentes e da discussão da sexualidade, enquanto direito.

Reafirmamos que não se pretende que as RC, sejam utilizadas tais como foram descritas, pois os perfis dos grupos podem pedir uma nova modelagem.

A formação dos Educadores poderá contribuir para a capacitação dos adolescentes atendidos por eles, a partir de uma concepção que os valoriza como sujeitos de direitos, que possuem saberes e habilidades para colaborar em ações de prevenção a violações de direitos.

Além disso a formação a partir das RC, estimula as trocas de conhecimento e aprendizados, valorizando as práticas dos operadores do SGD e de profissionais que atuam com adolescentes e jovens, incluindo seus saberes locais e, a partir dessa vivência, propõe maneiras de se revisitar as práticas, possibilitando uma atuação mais focada na promoção de direitos humanos, transformando, por conseguinte, a realidade local.

Essa articulação indicada, que junta o conhecimento local, saberes práticos e técnicos dos participantes é potencializador de participação social, tanto dos participantes da RC de forma direta naquele momento, quanto da rede e dos adolescentes que receberam esses profissionais após a formação, potencializando o desenvolvimento local.

Referências

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Folha de trabalho com oficinas e rodas de conversa.** Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM). Disponível em www.recimam.org. Acesso em fevereiro de 2016.

AFONSO, Lúcia; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as Rodas: Rodas de conversa em Direitos Humanos.** Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM). Disponível em www.recimam.org. Acesso em fevereiro de 2016.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação.** São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

DUTRA, Gislene Silva. Participação do conselho escolar em processos decisórios de escolas municipais. Dissertação (Mestrado em Gestão Social) – Centro Universitário UNA, Instituto de Educação Continuada e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública voltada exclusivamente para adolescentes e jovens no Brasil é relativamente nova, assim como o reconhecimento do jovem como sujeito de direito. Nesse sentido o Estatuto da Juventude, recentemente promulgado, tornou-se um importante instrumento para essa população.

É necessário o acompanhamento das demandas juvenis em sua complexidade e diversidade, entendendo que essas demandas são plásticas no sentido da sua condição juvenil. Caso contrário não será cumprido o desafio maior que é garantir, na sua pluralidade e no seu jeito de ser, a inclusão do sujeito para quem aquele programa é destinado, nas suas práticas cotidianas.

E isso vale para a política de prevenção a violência sexual, que precisa incluir de fato os diferentes adolescentes e jovens, da maneira que lhe é própria de expressar, nas suas diferentes ações, os chamando a contribuir no que tange a prevenção, pautada pelo direito a sexualidade saudável, prazerosa e protegida.

Enfatizamos a importância da participação nos diferentes campos políticos, enquanto processo educativo, tendo as políticas públicas uma importante função de capacitar e formar os jovens para uma cidadania emancipatória, por meio da qual os jovens compreendam seus direitos e as diferentes maneiras de participar.

Através da pesquisa podemos perceber que o Programa Violência Sexual Não!, ao ser desenvolvido com adolescentes e jovens e atores do SGD, trouxe um potencial de intervenção nesse fenômeno, capacitando esses sujeitos de maneira que eles possam estar mais atentos ao fenômeno, como fator de auto proteção e que sejam também canais de denúncia, podendo gerar uma diminuição do impacto social da violência, trazendo então no que tange ao social, um desenvolvimento local.

Esse impacto social só não pôde ser maior, pois os adolescentes encontraram no retorno aos seus municípios certa dificuldade de serem mobilizadores, de desenvolverem ações de prevenção à violência junto à sociedade e ao próprio SGD.

Considerando a importância dos profissionais do SGD na efetivação do direito à participação de adolescentes e jovens e da dificuldade apresentada na pesquisa, trouxemos como produto

técnico uma metodologia pedagógica denominada Rodas de Conversa. Trata-se de uma metodologia que pode contribuir para o despertar, nos educadores, de uma nova possibilidade de ver o adolescente e de discutir a sexualidade, de maneira a destacar a importância da participação dos adolescentes na discussão dos seus direitos, nesse caso, relativos à sexualidade.

A formação dos Educadores poderá contribuir para a capacitação dos adolescentes atendidos por eles, a partir de uma concepção que os valoriza como sujeitos de direitos, que possuem saberes e habilidades para colaborar em ações de prevenção a violações de direitos.

Além disso a formação à partir das RC estimula as trocas de conhecimento e aprendizados, valorizando as práticas dos operadores do SGD e de profissionais que atuam com adolescentes e jovens, incluindo seus saberes locais, e a partir dessa vivência propõe maneira de se revisar as práticas, possibilitando uma atuação mais focada na promoção de direitos humanos, transformando por conseguinte suas realidades locais.

Esse trabalho, por se tratar de uma dissertação de mestrado, traz limitações próprias do tempo. Pontos das entrevistas poderiam ser melhor trabalhados, mais municípios entrevistados, mais jovens escutados e, principalmente, mais operadores do Sistema de Garantia de Direitos, além daqueles já envolvidos no Programa. Fica o convite para trabalhos futuros que possam trazer novos conhecimentos importantes nessa área, compreendendo melhor como se dão as articulações nos municípios para o recebimento de programas de incentivo à participação juvenil e prevenção à violência e como os municípios pretendem desenvolver políticas públicas que focam a participação juvenil, conforme promulgado no Estatuto da Juventude.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Jogos para pensar: Educação em Direitos Humanos e Formação para a Cidadania**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Folha de trabalho com oficinas e rodas de conversa**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM). Disponível em www.recimam.org. Acesso em 01 fev de 2016.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigo.pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em outubro de 2014.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

ÁVILA, Sueli de Fátima Ourique de. **A adolescência como ideal social**. In: *Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente*. São Paulo: 2005, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&rm=iso>. Acesso em 07 de Nov. 2014.

BALBINOTTI, Cláudia. A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. **Direito e Justiça** – Revista de Direito da PUC-RS, Vol. 35, No. 1, 2009, Porto Alegre. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/claudia_balbinotti.pdf. Acesso em 10 de jan. 2014.

BATISTA, Wilson Roberto. **As políticas públicas de juventude**. Unesp/Marília. Paraná, 2009. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3205_1506.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2015.

BELLENZANI, Renata; MALFITANO, Ana Paula. Juventude, Vulnerabilidade Social e Exploração Sexual: um olhar a partir da articulação entre Saúde e Direitos Humanos. **Saúde e Sociedade**. V. 15, n. 3, p. 115-130, set-dez, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOGHOSSIAN, Cyntia Ozon; MINAYO, Cecília de Souza. **Revisão sistemática sobre a juventude e participação nos últimos 10 anos**. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009, Disponível em: <[://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/06.pdf)>. Acesso em 15 de jul. 2015.

BORBA, Julian. Participação política como resultado das instituições participativas: Oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). **Pesquisa Agenda Juventude Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1981/1981.pdf>>. Acesso em 17/01/2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 10/01/2016.

BRASIL. Lei nº 12,852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição CEDCA – MG. Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010**. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos: PNDH3**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Disque 100: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015**, Brasília: 2015. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>>. Acesso em 26/12/2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – Ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / Org.:Helena Abramo**. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **3ª Conferência da juventude**. Brasília:2015. <Disponível em <http://juventude.gov.br/profile/conferencia>>. Acesso em 24/01/2016.

BUENO, Jocian Machado. Desenvolvimento psicomotor. In: **Psicomotricidade, teoria e prática: estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas**. São Paulo: Lovise, 1998.

CAMPOS, Geraldo Adriano G. Participação e representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. Juventude e ensino médio: Quem é este aluno que chega à escola. In: CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez; MAIA, Carla Linhares (orgs). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 2014.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Processos de subjetivação da juventude na contemporaneidade: ação política em tempos de não política. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUZA, Sônia M. Gomes (orgs). **Juventude e contemporaneidade** desafios e perspectivas. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG/Canône Editorial, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília: v.25, n.4, p. 479-487, out-dez, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. Universidade Federal do Rio de Janeiro. -**Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=32&layout=html>> Acesso em: 17/ de jan. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CNEVSCA; CONANDA; PNEVSCA. **Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2013.

COSTA, Liana Fortunato; SANTOS, Viviane Amaral dos. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. **Estudos de Psicologia**, Campinas: 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n4/13.pdf>> acesso em 04 de jan. 2015.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Limo; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**, Curitiba: n.38, p. 237-252, set/dez, Editora UFPR, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto. ONGs cobram ação de Lula para combater exploração. **Folha Online**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd190504c.htm>> acesso em 09 de fev. 2016.

DIÓGENES, Gloria. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (Orgs.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA/São Cristóvão/EDUFES, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

DUTRA, Gislene Silva. **Participação do conselho escolar em processos decisórios de escolas municipais**. Dissertação (Mestrado em Gestão Social) – Centro Universitário UNA, Instituto de Educação Continuada e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, 2014.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 6 (1):165-181, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v6n1/7034.pdf>>. Acesso em: 14 de ab. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Crianças_e_Adolescentes/1997/Características_Gerais/>. Acesso em 10 de out. de 2014.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. **Ciência Sociais UNISINOS**. V. 42. n.1, 16-26, jan/abril de 2006. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6011/3186>. Acesso em: 02 de Nov. 2014.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. **Mediação**, v. 11, n. 10, Belo Horizonte, jan./jun. de 2010. Disponível em <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/310>> acesso em 06 de dez. 2015.

MAIA, Marilene. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Textos e Contextos**, n 4, ano IV, dez. 2005.

MARCONE, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2010.

MAYORGA, Cláudia. Juventude e Participação. In: MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas/ Maria Aparecida Moura (Org.)**. - Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/03_Juventude_e_participacao_-_Claudia_Mayorga.pdf> Acesso em julho de 2015.

MAYORGA, Cláudia. **Pesquisar a juventude e sua relação com a política** – notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, 18 (2), abril-junho/2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf>>. Acesso em 15 de jul. de 2015.

MELO, Iran Ferreira de. Teoria multifuncional do discurso em Halliday e Fairclough. **Revista Prolíngua**, v. 5, ano 2, jul/dez 2010.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino Nogueira. Sexualidade infanto-adolescente e seu reconhecimento como direitos humanos: a necessidade de mais reflexão e teorizações. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro: vol. 24, n.1, p. 15-32, 2012. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652012000100002escript=sci_arttext> acesso em 17/01/2016.

NOGUEIRA, Ms. Quéfren Weld Cardozo. **Esporte, desigualdade, juventude e participação**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.) vol.33 no.1 Porto Alegre Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n1/a07v33n1.pdf>>. Acesso em julho de 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Francisco Corrêa de; SANTOS, Geovânia Lúcia. Juventude, Democracia e Participação Social Desafios e prioridades para o protagonismo. In UFMG, Universidade

Federal de Minas Gerais. **Enfrentamento á Violência Sexual Infanto-juvenil:** Expansão do Pair em Minas Gerais. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2008.

PELISOLI, Cátula; PICCOLOTO, Luciane Benvegna. Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas.** vol.6 no.1 Rio de Janeiro: jun. 2010.

ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social:** avanços e desafios. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf>. Acesso em 24/01/2016.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de Referência:** construindo uma cultura de prevenção a violência sexual. São Paulo: Childhood/Instituto WCF-Brasil/Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Priscila da. A subjetivação presente no discurso da protagonismo juvenil. Ver. Bras. **Adolescência e Conflitualidade,** 2010. Disponível em <<http://periodicos.homologa.uniban.br/index.php/RBAC/article/view/103/82>>. Acesso em junho de 2015.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Robassa da Silva. **Política Nacional de juventude:** trajetória e desafios. Caderno CRH. Salvador, v.24, n. 63, p. 663-678, 2011.

TENÓRIO, Fernando C. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. **RAP.** Rio de Janeiro. v. 32, p.7-23, 1998.

UGARTE, Pedro Salazar. Que participa o para qual democracia?. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (orgs). **Participa o e Delibera o:** teoria democrática e experiência institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015.** Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, 2015. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>, acesso em 10 de jan. 2016.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com adolescentes

Entrevista semi-estruturada -Adolescentes

1. Eu gostaria que você me contasse, com as suas palavras, o que foi o programa Violência Sexual Não.
2. Como você chegou ao programa?
3. Conte-me o que você achou mais importante no programa?
4. Quais atividades eram desenvolvidas no *Violência Sexual Não!*?
5. Dentro das atividades quais foram as mais legais para você? Por quê?
6. Nessas atividades quais foram os temas trabalhados?
7. Qual o sentido de discutir estes temas com adolescentes?
8. Dentro das atividades desenvolvidas, vocês puderam escolher quais queriam participar?
9. Vocês, durante o programa, sugeriram atividades a serem desenvolvidas? E elas foram feitas?
10. Nessas atividades quais foram os temas trabalhados?
11. Você fez alguma ação relativa aos temas trabalhados no seu município?
12. Se sim, como foi? Se não qual o motivo?
13. Você pode me contar como foi a sua participação no projeto, desde o início até o final?
14. Se o tempo voltasse, participaria de novo? Por quê? O que mudaria?
15. Como você descreve a forma como os adolescentes participavam no Violência Sexual Não?
16. Você participa de alguma atividade no seu município?
17. Se sim: Você pode me dizer um pouco sobre esta atividade? Existe alguma diferença ou semelhança na forma de participação dos jovens desta atividade do Violência Sexual Não? Quais?
18. Hoje você desenvolve alguma ação que tem a ver com o Violência Sexual Não?
19. O que você me diz da rede de proteção à criança e ao adolescente no seu município? Como é o seu contato com essa rede?
20. No seu município existem lugares de participação da juventude? Fale um pouco sobre eles.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com educadores dos municípios

Entrevista semi-estruturada - Educadores dos Municípios

1. Eu gostaria que você me contasse, com as suas palavras, o que foi o Programa Violência Sexual Não.
2. Como você chegou ao Programa?
3. Conte-me o que você achou mais importante no programa?
4. Quais atividades eram desenvolvidas no *Violência Sexual Não!*?
5. Dentro das atividades, quais você considera que foram mais atrativas para os adolescentes? Por quê?
6. Nessas atividades, quais foram os temas trabalhados?
7. Os jovens representantes do seu município fizeram alguma ação relativa aos temas trabalhados no seu município?
8. Se sim, como foi? Se não qual (is) você acha ser o (s) motivo (s)?
9. Você pode me contar como foi a sua participação no projeto, desde o início até o final?
10. Como era a sua relação com os adolescentes do programa, antes, durante e depois?
11. O que você avalia como positivo ou negativo na participação dos jovens no programa?
12. Se o tempo voltasse, participaria de novo? Por quê? O que mudaria?
13. Como você descreve a forma como os adolescentes, agora de todos os municípios, participavam no Violência Sexual Não?
14. Você participa de qual programa no seu município?
15. Lá existe alguma atividade voltada ao adolescente? Se sim: Você pode me dizer um pouco sobre esta atividade?
16. Se sim: Existe alguma diferença ou semelhança na forma de participação dos jovens desta atividade do Violência Sexual Não? Quais?
17. Hoje no seu município, existe alguma ação que tem a ver com o Violência Sexual Não?
18. O que você me diz da rede de proteção à criança e ao adolescente no seu município?
19. Como é o contato dos jovens que participaram do Violência Sexual Não, com essa rede?
20. No seu município existem lugares de participação da juventude? Pode comentar um pouco sobre eles?
21. Se sim: Existe alguma diferença ou semelhança na forma de participação dos jovens nesses lugares do Violência Sexual Não? Quais?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com profissionais do programa

Entrevistas semi-estruturada - Profissionais do Programa Violência Sexual Não

1. Eu gostaria que você me contasse, com as suas palavras, o que foi o programa Violência Sexual Não.
2. Quais eram os principais objetivos do programa?
3. Quem eram os adolescentes participantes? Como eles chegaram ao Programa?
4. Conte-me o que você achou mais importante no programa?
5. Quais atividades foram desenvolvidas no *Violência Sexual Não!*? E como vocês escolheram essas atividades?
6. Dentro das atividades quais você considera que foram mais atrativas para os adolescentes? Por quê?
7. Nessas atividades quais foram os temas trabalhados?
8. Os adolescentes participaram em algum momento da escolha das atividades a serem desenvolvidas?
9. Vocês sabem se jovens desenvolveram ações no seu município relativas aos temas trabalhados?
10. Se sim, como foram essas ações? Se não qual você acha ser o motivo?
11. Após o programa, vocês sabem se os adolescentes continuam desenvolvendo alguma ação?
12. Como era a relação dos educadores com os adolescentes do programa?
13. E a relação de vocês com os jovens?
14. O que você avalia como positivo ou negativo na participação dos jovens no programa?
15. Se o tempo voltasse, o programa seria desenvolvido da mesma maneira? Por quê? O que mudaria?
16. O que você me diz da rede de proteção à criança e ao adolescente desses municípios?
17. Vocês sabem como é o contato dos jovens que participaram do Violência Sexual Não, com essa rede?
18. Durante o programa os jovens relataram algum lugar de participação deles no município? Se sim quais são esses lugares?
19. Quanto à participação dos jovens no programa, algo mais que seja relevante me contar?

ANEXO A – Termo de consentimento para os adolescentes

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para os adolescentes)

Título da pesquisa: “Análise da participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens”

Nós, Roseane Figueiredo Linhares Melquiades e Maria Lúcia Miranda Afonso, aluna e professora do Centro Universitário UNA, convidamos você para participar de um trabalho que estamos realizando e que tem como objetivo analisar a participação juvenil no programa “Violência Sexual Não!”, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens em municípios mineiros, em parceria com o CEDCA e a SEDESE, tendo em vista o desenvolvimento de intervenção na área de gestão social, com características de inovação social e potencializadora do desenvolvimento local.

Ao participar deste estudo você nos ajudará entender como se dá o processo de participação juvenil, especialmente em programas de prevenção à violência sexual.

Você tem liberdade de desistir de participar e ainda deixar de continuar participando em qualquer momento do trabalho, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre este trabalho pelo telefone da aluna e da professora e, se necessário por meio do *e-mail* do Comitê de Ética em Pesquisa da UNA.

Pedimos permissão para você participar da entrevista. Seu nome não vai aparecer em momento algum. A participação neste trabalho não traz problemas legais para você e se sentir qualquer desconforto ou não quiser continuar conversando, poderá parar um pouco ou cancelar a participação neste trabalho.

Os passos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº.466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Toda a conversa do encontro será gravada, mas o seu nome não aparecerá e somente a aluna e a professora terão conhecimento desses dados. Qualquer publicação originada da pesquisa não utilizará o seu nome ou sua identificação.

Você não terá qualquer tipo de despesa ao participar deste trabalho, bem como nada será pago por sua participação.

Após estas informações, pedimos o seu consentimento de forma livre para participar deste estudo. Portanto, complete, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens aqui apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, deixo claro que aceito participar deste trabalho. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a minha participação no encontro e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do (a) adolescente _____

Assinatura do (a) adolescente

Assinatura da aluna:

Assinatura da professora:

Aluna: Roseane Melquiades – 31 8877-3061

Professora: Dr^a. Maria Lúcia Afonso – 31 9613-8057

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Guajajaras, 175, 4^o andar – Belo Horizonte/MG Contato:
e-mail: **cephumanos@una.br**

ANEXO B – Termo de consentimento para os pais

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (pais autorizando os filhos adolescentes)

Título da pesquisa: “Análise da participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens”

Nós, Roseane Figueiredo Linhares Melquiades e Maria Lúcia Miranda Afonso, aluna e professora do Centro Universitário UNA, pedimos ao (à) Sr. (a) permissão para que seu (sua) filho (a) possa participar de um trabalho que estamos realizando e que tem como finalidade Analisar a participação juvenil no programa “Violência Sexual Não!”, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens em municípios mineiros, em parceria com o CEDCA e a SEDESE. Ao deixar seu (sua) filho (a) participar deste estudo o (a) sr. (a) ajudará entender como se dá o processo de participação juvenil, especialmente em programas de prevenção à violência sexual.

Seu (sua) filho (a) tem liberdade para desistir de participar e ainda deixar de continuar participando em qualquer momento do trabalho, sem qualquer prejuízo para ele (ela). Sempre que quiser, o (a) sr. (a) poderá pedir mais informações sobre este trabalho pelo telefone da aluna e da professora e, se necessário, por meio do *e-mail* do Comitê de Ética em Pesquisa da UNA.

Pedimos permissão ao (à) sr. (a) para seu (sua) filho (a) participar de um encontro para uma entrevista individual. O nome de seu (sua) filho (a) não vai aparecer em momento algum. A participação neste trabalho não traz problemas legais para seu (sua) filho (a) e se ele (ela) sentir desconforto ou não quiser continuar respondendo às perguntas, poderá parar um pouco ou cancelar a participação neste trabalho.

Os passos adotados neste trabalho obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº.466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à dignidade do (a) seu (sua) filho (a).

Toda a conversa do encontro será gravada, mas os nomes dos adolescentes não aparecerão e somente a aluna e a professora terão conhecimento desses dados. Qualquer publicação resultante da pesquisa não utilizará os nomes dos adolescentes nem a sua identificação.

O (a) sr. (a) não terá qualquer tipo de despesa ao deixar seu (sua) filho (a) participar deste trabalho, bem como nada será pago por sua participação.

Após estas informações, pedimos o seu consentimento de forma livre para seu (sua) filho (a) participar deste trabalho. Portanto, complete, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens aqui apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, deixo claro que aceito que meu (minha) filho (a) participe deste trabalho. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a participação do (a) meu (minha) filho (a) no encontro e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do pai ou responsável _____

Assinatura do pai ou responsável

Assinatura da aluna:

Assinatura da professora:

Aluna: Roseane Melquiades – 31 8877-3061

Professora: Dr^a. Maria Lúcia Afonso - 9613-8057

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Guajajaras, 175, 4o andar – Belo Horizonte/MG

Contato: e-mail: cephumanos@una.br

ANEXO C – Termo de consentimento para os educadores e técnicos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Educadores e Técnicos do Programa)

Título da pesquisa: “Análise da participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens”

Nós, Roseane Figueiredo Linhares Melquiades e Maria Lúcia Miranda Afonso, aluna e professora do Centro Universitário UNA, convidamos você para participar de um trabalho que estamos realizando e que tem como objetivo analisar a participação juvenil no programa “Violência Sexual Não!”, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens em municípios mineiros, em parceria com o CEDCA e a SEDESE, tendo em vista o desenvolvimento de intervenção na área de gestão social, com características de inovação social e potencializadora do desenvolvimento local.

Ao participar deste estudo você nos ajudará entender como se dá o processo de participação juvenil, especialmente em programas de prevenção à violência sexual.

Você tem liberdade de desistir de participar e ainda deixar de continuar participando em qualquer momento do trabalho, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre este trabalho pelo telefone da aluna e da professora e, se necessário, por meio do *e-mail* do Comitê de Ética em Pesquisa da UNA.

Pedimos permissão para você participar da entrevista. Seu nome não vai aparecer em momento algum. A participação neste trabalho não traz problemas legais para você e se sentir qualquer desconforto ou não quiser continuar conversando, poderá parar um pouco ou cancelar a participação neste trabalho.

Os passos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n.º.466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Toda a conversa do encontro será gravada, mas o seu nome não aparecerá e somente a aluna e a professora terão conhecimento desses dados. Qualquer publicação originada da pesquisa não utilizará o seu nome ou sua identificação.

Você não terá qualquer tipo de despesa ao participar deste trabalho, bem como nada será pago por sua participação.

Após estas informações, pedimos o seu consentimento de forma livre para participar deste estudo. Portanto, complete, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens aqui apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, deixo claro que aceito participar deste trabalho. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a minha participação no encontro e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do (a) adolescente _____

Assinatura do (a) adolescente

Assinatura da aluna:

Assinatura da professora:

Aluna: Roseane Melquiades – 31 8877-3061

Professora: Dr^a. Maria Lúcia Afonso – 31 9613-8057

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Guajajaras, 175, 4^o andar – Belo Horizonte/MG Contato:
e-mail: cephumanos@una.br

ANEXO D – Autorização para coleta de dados**Autorização para coleta de dados**

Eu, _____, coordenador institucional da ONG Oficina de Imagens – Educação e Comunicação, **AUTORIZO** a coleta de dados do programa *Violência Sexual Não!*, através de entrevistas, tendo acesso aos relatórios produzidos pelo programa, às fichas de inscrição, avaliações e as listas de presença, pelos pesquisadores Profa. Dr^a Maria Lúcia Miranda Afonso (orientadora) e Roseane Figueiredo Linhares Melquiades (aluna), após a aprovação do referido projeto pelo CEP do Centro Universitário UNA.

Belo Horizonte/MG, ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo: _____

ANEXO E – Termo de compromisso – Resolução 466/2012

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 466/2012

Nós, Roseane Figueiredo Linhares Melquiades, RG. MG 11 729559 e Maria Lúcia Miranda Afonso, RG. MG 886931, responsáveis pela pesquisa intitulada “**Análise da participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual à luz da proposta de gestão social: um estudo de caso sobre o Programa Violência Sexual Não!**, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens” declaramos que:

- Assumimos o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados para se atingir o (s) objetivo (s) previsto (s) na pesquisa;
- O material e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a nossa responsabilidade;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos em periódicos científicos e/ou em encontros, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação;
- Assumimos o compromisso de suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, conseqüente à mesma, a qualquer um dos sujeitos participantes, que não tenha sido previsto no termo de consentimento.
- O CEP do Centro Universitário UNA será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa, por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da interrupção da pesquisa;
- As normas da **Resolução 466/2012** serão obedecidas em todas as fases da pesquisa.

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2014

Roseane Figueiredo Linhares Melquiades
CPF 074 013 646 11

Maria Lúcia Miranda Afonso
CPF 392.889.196-00